



**ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
E ESTRATÉGIAS DIGITAIS**

**BRUNA EVELYN PEREIRA
HELOÍSA SCHIRMER LUPATINI
JADY EDUARDA ALVES
MAYSON MARTINS RIBEIRO
MILENE GIMENEZ DOS ANJOS**

**REPORTAGEM MULTIMÍDIA: O CENÁRIO DA VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL
EM PRESIDENTE PRUDENTE (SP)**

Presidente Prudente - SP
2021



**ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
E ESTRATÉGIAS DIGITAIS**

**BRUNA EVELYN PEREIRA
HELOÍSA SCHIRMER LUPATINI
JADY EDUARDA ALVES
MAYSON MARTINS RIBEIRO
MILENE GIMENEZ DOS ANJOS**

Trabalho de Conclusão de Curso,
apresentado à Escola de Comunicação e
Estratégias Digitais da Unoeste, Curso
de Jornalismo, Universidade do Oeste
Paulista, como parte dos requisitos para
a sua conclusão.

Orientador:
Profª Dra. Maria Luisa Hoffmann

**BRUNA EVELYN PEREIRA
HELOÍSA SCHIRMER LUPATINI
JADY EDUARDA ALVES
MAYSON MARTINS RIBEIRO
MILENE GIMENEZ DOS ANJOS**

**REPORTAGEM MULTIMÍDIA: O CENÁRIO DA VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL
EM PRESIDENTE PRUDENTE (SP)**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado à Escola de Comunicação e Estratégias Digitais da Unoeste, Curso de Jornalismo, Universidade do Oeste Paulista, como parte dos requisitos para a sua conclusão.

Presidente Prudente, 06 de dezembro de 2021.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Maria Luisa Hoffmann
Universidade do Oeste Paulista - Unoeste
Presidente Prudente- SP

Prof^ª. Dr^ª. Fabiana Aline Alves
Universidade do Oeste Paulista - Unoeste
Presidente Prudente - SP

Prof^ª. M^a. Giselle Tomé da Silva
Universidade do Oeste Paulista - Unoeste
Presidente Prudente - SP

Dedicamos este trabalho às milhares de crianças que passaram e ainda passam por situações de violência sexual, em especial às vítimas que nos confiaram suas histórias. Esperamos conseguir mudar a realidade e dar voz às crianças de Presidente Prudente que ainda sofrem com os abusos.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Deus pelo amparo nos momentos de dificuldade, também às nossas famílias por nos encorajarem a continuar. Um agradecimento especial à nossa orientadora, que acreditou no projeto e nos conduziu aos melhores caminhos. Por fim, agradecemos uns aos outros pela parceria, paciência e dedicação de todos.

RESUMO

Reportagem Multimídia: o cenário da violência sexual infantil em Presidente Prudente (SP)

O presente Trabalho de Conclusão de Curso buscou, por meio de uma reportagem multimídia, discutir o cenário da violência sexual infantil em Presidente Prudente (SP). Para tanto, o grupo utilizou o método de pesquisa-ação, com técnicas de análise documental, pesquisa bibliográfica e entrevista em profundidade. Os pesquisadores levantaram dados do Conselho Tutelar, do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) e da Polícia Civil, o que promoveu a compreensão sobre o fluxo de denúncias e como ocorre a assistência às vítimas. Sobre a produção da reportagem, os integrantes realizaram entrevistas jornalísticas com vítimas já adultas e com os representantes dos órgãos no município. A reportagem foi desenvolvida em formato *longform*, com conteúdos multimidiáticos de textos, imagens, vídeos, infográficos e áudios, disponibilizados na plataforma Prisma, da Escola de Comunicação e Estratégias Digitais da Universidade do Oeste Paulista (Unoeste). Observou-se que a reportagem foi lida majoritariamente por celulares e que os vídeos mais curtos tiveram maior porcentagem de retenção. Ademais, sobre o cenário da violência sexual infantil em Presidente Prudente, identificou-se uma divergência nos registros de casos dos órgãos de proteção. Espera-se que, com esse trabalho, os futuros jornalistas contribuam na identificação de novos casos, encorajem vítimas a denunciar e provoquem um debate público referente aos números apurados.

Palavras-chave: Reportagem Multimídia. *Longform*. Violência sexual infantil em Presidente Prudente. Violência sexual infantil em São Paulo.

ABSTRACT

Multimedia Report: the Scenario of Child Sexual Abuse in Presidente Prudente (SP)

This present final paper has sought to, by means of a multimedia report, discuss the child sexual abuse situation in Presidente Prudente (SP). Therefore, the group used the method action-research, and the techniques documental analysis, bibliographic research and in-depth interviews. The researchers raised data from Child Care Council, on Specialized Social Assistance Reference Center (CREAS, in portuguese) and on Civil Police, that promoted understanding the complaint flow and how victim assistance occurs. About the report, the members realized journalistic interviews with adult victims and representative of municipal organs. The report was constructed in the longform format, with multimedia content of text, images, vídeos, infographics and audios, available on Prisma Plataform, from School of Communication and Digital Strategies at the University of West Paulista (Unoeste, in portuguese). It was observed that the report was mostly read by mobiles and the shorter videos had a bigger retention porcentage. Besides, about the Child Sexual Violence Scenario in Presidente Prudente, it was possible to recognize a divergence in protection organs case records. It is expected that, with this paper, the future journalists contribute to identify new cases, encourage victims to denounce and tease a public debate about the found out numbers.

Key Words: Multimedia Report. Longform. Child Sexual Abuse in Presidente Prudente. Child Sexual Abuse in São Paulo..

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Análise da quantidade de notícias sobre a violência sexual infantil em Presidente Prudente.....	11
Figura 2 -	Sinais que as crianças manifestam quando são vítimas de abuso.....	22
Figura 3 -	Relação de atendimento conforme o vínculo do agressor – 2019/2020	24
Figura 4 -	Últimos cinco anos de registros em Presidente Prudente- SP.....	25

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	MARCO TEÓRICO.....	14
2.1	Reportagem multimídia.....	14
2.1.1	Elementos.....	17
2.2	Violência sexual na infância.....	19
3	RESULTADOS.....	23
3.1	Resultados da reportagem.....	29
4	DISCUSSÃO.....	31
4.1	Dados, notificações e fluxo de denúncia.....	31
4.2	Tipificação.....	33
4.3	Colaboradores.....	34
4.4	Pandemia.....	35
4.5	Conclusões após a publicação.....	36
4.6	Considerações finais.....	37
	REFERÊNCIAS.....	38
	APÊNDICES.....	42
	APÊNDICE A - PROJETO EDITORIAL.....	43

1 INTRODUÇÃO

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é um conjunto de normas do ordenamento jurídico brasileiro que visa assegurar os direitos fundamentais das crianças e adolescentes, a fim de garantir o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade para o crescimento da criança e do adolescente como cidadão. Porém, mesmo diante das leis, diversas crianças ainda precisam conviver com o trauma de serem violentadas sexualmente.

O Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos divulgou, durante uma coletiva *on-line* no ano de 2020, o balanço do disque 100 com dados do ano anterior sobre violência sexual infantil. Dos 159 mil registros feitos ao longo dos meses, 86,8 mil são violações de direitos de crianças ou adolescentes, um aumento de quase 14% em relação a 2018. No vídeo publicado, o Ministério apresenta que, a cada hora, três crianças e adolescentes são abusados no Brasil. (MINISTÉRIO..., 2020)

Na mesma divulgação, o órgão definiu o termo abuso sexual como uma relação baseada na posse de poder, em que o adulto consegue dominar a criança ou adolescente para que, dessa maneira, valide suas vontades e viole os direitos do menor, de forma que o transforme em instrumento de prazer e alívio sexual. (MINISTÉRIO..., 2020)

A partir do objeto de estudo, abuso sexual infantil, o objetivo geral do presente trabalho é discutir o cenário desse tipo de violência no município de Presidente Prudente (SP), por meio de uma reportagem multimídia.

O grupo realizou um levantamento da quantidade de notícias publicadas sobre o tema em três veículos de Presidente Prudente - G1 Prudente e Região, O Imparcial e Portal Prudentino – no período de seis anos (2014-2020). Levantou-se que foram publicadas 19 notícias sobre abuso sexual infantil na cidade. Além disso, foi feita uma análise de conteúdo e constatado que os textos iam pouco além do relato de um Boletim de Ocorrência, além de conterem uma análise aprofundada sobre o tema (Figura 1).

Figura 1 - Análise da quantidade de notícias sobre a violência sexual infantil em

Presidente Prudente

ANÁLISE DA QUANTIDADE DE NOTÍCIAS SOBRE A VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL EM PRESIDENTE PRUDENTE - SP



Nota: ilustração elaborada pelos autores (2021).

Diante da superficialidade das notícias analisadas e da pouca visibilidade na imprensa, a produção da reportagem multimídia justifica-se, pois visa analisar e discutir, de modo aprofundado, os dados da violência sexual infantil em Presidente Prudente.

Ademais, o trabalho tem como objetivos específicos investigar os impactos gerados pela violência na vida adulta das vítimas, informar como a cidade lida com a situação, desde a prevenção ao acompanhamento, instruir sobre a identificação de novos casos e os procedimentos adequados de denúncia. Além disso, a execução permite o aperfeiçoamento dos conceitos de uma reportagem multimídia, bem como aplicar as diferentes técnicas jornalísticas aprendidas ao longo do curso.

O trabalho justifica-se, pois a discussão possibilita que a sociedade consiga compreender as consequências no desenvolvimento da criança e na fase adulta, além de contribuir com dados e explicações sobre as assistências às vítimas.

Ademais, o trabalho dá continuidade às pesquisas anteriores realizadas acerca de reportagens multimídia, assunto relativamente novo no ambiente acadêmico. Cabe citar que o material produzido servirá como *portfólio* dos integrantes, que, ao terminarem o curso, entrarão no mercado de trabalho.

Em relação à escolha pela reportagem multimídia, o formato foi escolhido por conseguir o aprofundamento do conteúdo, como oportunidade de trabalhar com a interatividade, conexão e convergência dos meios de comunicação junto à cultura participativa. O produto também permite o uso de diferentes linguagens (como áudio, imagem, texto, vídeo e infográfico), a fim de atender à preferência pessoal dos integrantes do grupo, que têm diferentes aptidões jornalísticas. Acrescenta-se a isso o fato de poder manter, por meio de algumas das mídias supracitadas, o anonimato

das vítimas, pois os materiais produzidos tratam de momentos de vulnerabilidade e, em alguns casos, nem a própria família tem conhecimento sobre a situação.

Para o desenvolvimento do trabalho, optou-se pelo método da pesquisa-ação, que, segundo David Tripp (2005) refere-se a “[...] qualquer processo que siga um ciclo no qual se aprimora a prática pela oscilação sistemática entre agir no campo da prática e investigar a respeito dela”. O autor complementa ao dizer que é necessário planejar, implementar, descrever e avaliar uma mudança para a melhora da prática, em que se aprende mais no correr do processo, tanto a respeito da prática quanto da investigação. (TRIPP, 2005, p. 445-446)

Cicilia Peruzzo (2005, p. 125) acrescenta que a pesquisa-ação tem três finalidades: observação de fenômenos de importância social, dar visibilidade a esses temas de baixa visibilidade e, por fim, aplicar os resultados obtidos ao grupo pesquisado em seu benefício. Com o trabalho, pretende-se que a população prudentina olhe para os dados apurados e reflita sobre o atual cenário da violência sexual infantil no município. Também visa promover uma possível mudança no cenário da violência e discutir como o poder público administra a situação na cidade.

No que diz respeito às técnicas aplicadas, o grupo executou uma análise documental dos relatórios de violência sexual infantil em Presidente Prudente fornecidos pelo Creas 1 e 2, Polícia Civil e o Conselho Tutelar, assim como dados coletados em entrevistas com os responsáveis pelo respectivos órgãos.

Os números da Polícia Civil foram obtidos por meio do Serviço de Informações ao Cidadão do Estado de São Paulo (SIC-SP). Para facilitar o entendimento quantitativo dos casos na cidade, após analisados e mensurados, organizou-se gráficos que foram utilizados ao longo do trabalho.

Outra técnica utilizada foi a pesquisa bibliográfica de artigos sobre a temática reportagem multimídia e sobre a violência sexual infantil, a fim de dar base para análise e compreensão dos dados obtidos.

Realizou-se também entrevistas em profundidade com profissionais do Serviço de Ações Complementares à Educação (Sace), Conselho Tutelar, Promotoria da Infância e Juventude, Creas 1, Delegacia de Defesa da Mulher (DDM), Saúde Mental e com uma psicóloga, que trabalha há mais de 30 anos com vítimas de violência sexual. O objetivo foi compreender qual assistência é oferecida às vítimas no município, os sinais da violência na criança e, ainda, como ocorre o fluxo de denúncias em Presidente Prudente. Foram entrevistadas também vítimas

que residem no município, para entender os impactos da violência sexual infantil na vida adulta.

Para tanto, Jorge Duarte (2005, p. 64) explica que a entrevista em profundidade é uma técnica que permite compreender a realidade, seja para tratar da intimidade do entrevistado, quanto para “descrição de processos complexos nos quais está ou esteve envolvido.”

Num primeiro momento, foram realizadas entrevistas em profundidade, e, para a produção da reportagem, posteriormente, foram realizadas entrevistas jornalísticas com as fontes.

Ainda para entendimento do cenário em Presidente Prudente, elaborou-se um questionário por meio do Google Forms, divulgado por e-mail aos alunos da Escola de Comunicação e Estratégias Digitais da Universidade do Oeste Paulista (Unoeste). Com o material, buscou-se identificar pessoas que já foram vítimas da violência infantil, assim como dados quantitativos, tal como a idade em que ocorreu o abuso, se o caso foi comunicado a alguém, qual tipo de abuso sofreu, se houve medida de interferência, se foi em Presidente Prudente, se a violência partiu de alguém com parentesco familiar, como a violência influenciou a vida adulta e, se porventura, a pessoa estaria disposta a dar seu relato aos integrantes, de modo anônimo. Com isso, o grupo conseguiu levantar fontes que compõem a reportagem multimídia.

Logo, o produto final está disponibilizado no formato digital, na plataforma Prisma da Escola de Comunicação e Estratégias Digitais Unoeste. A plataforma é um espaço que permite abrigar reportagens especiais multimídia com narrativas aprofundadas, distribuídas em diversos formatos, como: texto, imagem, vídeo, áudio, o que proporciona ao leitor uma participação ativa na leitura, por meio de novos recortes e ângulos de um fato. (RÍGOLO et al., 2019)

2. MARCO TEÓRICO

2.1 Reportagem multimídia

Com o surgimento e a propagação da internet, os padrões de consumo e de produção foram modificados no Jornalismo. No ambiente *on-line*, a veiculação de notícias ocorre em um ritmo ainda mais rápido do que em outros meios de comunicação.

Ao levar em conta a perda de espaço das mídias impressas, que anteriormente conseguiam tratar as notícias com maior profundidade, nota-se o surgimento das reportagens multimídias na internet, que aproveitam o potencial da rede para aprofundar alguns assuntos.

Raquel Longhi (2010) define o especial multimídia como a reportagem produzida para *web* que conta com a integração de diferentes elementos como texto, som e imagem. De acordo com Souza (2020) a junção de linguagens tem como meta facilitar o entendimento, cativar os leitores e acrescentar informações à notícia. Além da combinação de linguagens apontada por Souza, Longhi afirma que as narrativas multimidiáticas também agregam diferentes gêneros.

Em “O turning point da grande reportagem multimídia” (2015), Longhi pontua que, após os 15 primeiros anos, os formatos hipermediáticos vivem um momento de amadurecimento. Com isso, criam-se procedimentos para a produção e caracterização da grande reportagem multimídia, o que resulta em produtos com maior qualidade.

No mesmo artigo, Longhi (2015) divide em três fases a utilização dos recursos multimidiáticos. A primeira é o *slideshow* noticioso, no começo dos anos 2000. Um pouco depois, de 2002 até 2011, vieram os especiais multimídia. A terceira fase começa a partir de 2012, é nesse momento que surgem as grandes reportagens multimídia.

É também na terceira fase que ocorre a estabilidade do novo formato, “definida por técnicas como o parallax scrolling, ambientes e ferramentas como HTML5, CSS, narrativas imersivas e texto long form, dentre outras características inovadoras de design e navegação. É aqui que se verifica o ‘turning point’.” (LONGHI, 2015, p. 908). É justamente a evolução do HTML e de outras ferramentas que permitiram novas estratégias para a convergência do novo formato.

Essa convergência resulta em uma narrativa intermediária, como aponta Longhi (2010, p.159). A autora conceitua intermídia como um novo formato, produzido por meio da união efetiva de elementos multimídia, que unidos apresentam diferenças de seus usos originais.

Uma característica fundamental da reportagem multimídia é a imersão. Liliane Ito (2018, p.144) sinaliza que existem distrações nos dispositivos, seja pelas notificações ou pela iluminação que eles emitem, o que pode resultar em uma leitura cansativa para alguns usuários. A autora ainda comenta que não são necessários recursos de última geração para se produzir uma reportagem imersiva, mas é preciso que se aproveite ao máximo os recursos de cada meio. (ITO, 2018, p. 144)

Raquel Longhi (2015, p. 911) aponta outro marco importante para a consolidação da reportagem multimídia: a utilização do *design* responsivo. Ele faz com que o desenho e as informações se adaptem ao dispositivo que o usuário está utilizando, seja ele computador, telefone celular ou até televisão. Outras tendências de *design* indicadas pela autora são: “[...] a aposta na narrativa mais imersiva, uso dos brancos da superfície da tela como elemento de desenho para dar leveza à página, [...] texto centralizado”.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019), no ano de 2019 a proporção do acesso à *web* nas residências brasileiras era de 82,7%. A pesquisa também demonstrou que 99,5% dos domicílios pesquisados usavam dispositivos móveis para acessar a rede.

De acordo com Liliane Ito (2018, p. 169) “a responsividade é essencial num momento de consumo de informação multiplataforma e, no caso do TAB, os acessos oriundos de dispositivos móveis vêm crescendo [...]”. (ITO, 2018, p. 169)

Lenzi (2019, p. 284) afirma que o *design* responsivo:

[...] utiliza toda a superfície da tela, ao contrário da janela única em quadro individual. Normalmente, o produto abre com uma imagem em toda a largura da página, seguida por texto que se integra a elementos gráficos como fotografias, slideshows, infográficos etc., reforçando a proposta de uma narrativa mais imersiva. E com a vantagem de que o HTML permite a navegação em diferentes suportes e tecnologias.

Além da responsividade, outra tendência do jornalismo *on-line* é o *longform*. Winques (2016, p. 67) coloca esse tipo de estratégia narrativa como “característica fundamental” da grande reportagem multimídia. Longhi (2015, p. 911) conceitua o

longform como “[...] matérias com mais de 4000 palavras, ou grandes reportagens com entre 10 e 20 mil palavras.” Mary Clare Fischer (2013) assegura que as grandes narrativas visam um aumento da profundidade e a serem mais atrativas, com o uso de diversos tipos de mídia.

Alciane Baccin (2017, p. 93), afirma que o formato de texto utilizado nas reportagens multimídia não nasceu no ambiente *on-line*, mas deriva das reportagens produzidas para o jornalismo impresso e que, nos primeiros 20 anos da *web*, era uma estratégia pouco desenvolvida. A autora ainda pontua que a construção das narrativas longas explora o potencial da internet e ainda permite a reportagem no meio e nos dispositivos móveis.

O *longform* também se mostra como um recurso potencializador da contextualização das reportagens hipermídia. Por meio de textos longos, bem construídos e recheados de detalhes, porque requerem aprofundamento e cuidadosa apuração; conseguem abordar acontecimentos passados; trazer dados que esclarecem situações, depoimentos que expõem explicações sobre determinada ação. (BACCIN, 2017, p. 97)

As narrativas de textos longos podem ser produzidas em dois padrões de leitura. De acordo com Longhi e Winkes (2015, p.11), as grandes reportagens multimídia podem ter uma leitura verticalizada, a que ocorre pela barra de rolagem, ou horizontalizada, que ocorrem por meio de subdivisões.

Conforme os autores, existem duas diferenças entre esses modelos de reportagens. Pode-se dizer que narrativa verticalizada é aquela com possibilidade de *scrolling*, ou seja, por meio da barra de rolagem. Enquanto que a narrativa horizontal é subdividida, na qual cada assunto é reservado em uma seção ou capítulo específico. (LONGHI; WINQUES, 2015, p. 11)

Outra característica da reportagem multimídia é a hipertextualidade. Larrondo Ureta (2009) pontua que:

Em alguns casos, as vantagens desse modelo de navegação são diluídas pelo tipo de conectividade promovido pelos especiais e, principalmente, pela falta de conteúdo que se esconde atrás de algumas opções de vinculação, que ocorre quando vários nós convergem em um ou quando os acessos ocorrem de praticamente todos os caminhos. (URETA, 2009, p. 20, tradução nossa)

João Canavilhas (2008, p. 4) complementa que a hipertextualidade é “mais do que a quantidade de informação sobre determinado acontecimento, interessa a

forma como o utilizador lê a notícia, algo que está relacionado com a política de utilização de links usada pelo jornalista”.

Longhi (2015, p. 901) acrescenta “multimedialidade, interatividade, conexão e convergência de linguagens próprias da linguagem hipermídia e do ambiente digital e online de informação” como outras características dos formatos noticiosos hipermidiáticos, distribuídos na internet.

Sobre a interatividade, Alejandro Rost (2014, p. 53) pontua:

[...] é um conceito ponte entre o meio e os leitores/utilizadores, porque permite abordar esse espaço de relação entre ambas as partes e analisar as diferentes instâncias de seleção, intervenção e participação nos conteúdos do meio. Insere-se nessas zonas de contacto entre jornalistas e leitores, que as tecnologias têm alargado e simplificado.

O autor ainda afirma que a interatividade possibilita o controle dos leitores “quanto aos caminhos de navegação, recuperação e leitura que podem seguir entre os conteúdos que oferece. E, por outro lado, relativamente às opções para se expressar e/ou se comunicar com outros utilizadores/as.” (ROST, 2014, p. 55)

Ainda sobre as características apresentadas, Baccin (2017, p. 67) complementa que a hipermídia proporciona uma linguagem expressiva e própria do meio. Com isso, afirma que as especificidades são consequências da junção de diversos formatos midiáticos, tal como televisiva, radiofônica, fotográfica, infográfica e dos games. (BACCIN, 2017, p. 67)

Sobre o conceito de multimídia, Ramón Salaverría (2014, p. 26) entende que vai além da combinação de texto, som e imagens. Ele conceitua: “1) como multiplataforma, 2) como polivalência e 3) como combinação de linguagens.”

2.1.1 Elementos

Com relação aos elementos, o próprio Salaverría (2014, p. 33-34) aponta que nas reportagens multimídias, o texto funciona como contextualização. Ele é o fio condutor de todos os demais formatos, é o que equilibra a emotividade dos outros elementos.

Em concordância, os autores Longhi e Winkes (2015, p. 113) explicam que o texto não se destaca apenas por seu formato mais longo, mas também por sua apuração, contextualização e aprofundamento, características essas que, se bem

utilizadas, farão com que o leitor tenha uma leitura mais dedicada e que ele invista mais seu tempo diante de tal conteúdo.

Ainda sobre os recursos, o artigo “Multimedialidade: informar os cinco sentidos”, sustenta que os elementos iconográficos são ilustrações que fazem a orientação sobre os caminhos que o leitor pode percorrer, e exigem uma participação ativa do usuário. (SALAVERRÍA, 2014, p. 35)

Para Lenzi (2019, p. 289), esses caminhos garantem uma autonomia para o leitor, permitindo que ele conduza a sua leitura na ordem e velocidade desejada. Ele ainda aponta que isso é possível devido ao menu que aparece na primeira página, onde se inicia a reportagem.

No que diz respeito ao vídeo, Salaverría (2014, p. 35-36) constata que o audiovisual produzido para televisão é diferente do pensado para a *web*, “o vídeo em televisão é elaborado para ser contemplado de forma longa e passiva, o vídeo num computador proporciona um visionamento relativamente curto e mais ativo”. Para o autor, isso significa que o espectador pode interagir com o conteúdo de diferentes maneiras, inclusive pulando partes que não lhe interessam. (SALAVERRÍA, 2014, p. 35-36)

As animações são conceituadas como “imagens e ilustrações geradas mediante procedimentos informáticos, quer a duas, quer a três dimensões, às quais se acrescentam efeitos de movimento”. Até o século XXI, eram usadas somente em jogos de computador e conteúdos de entretenimento, após isso passaram a ser usadas em narrativas jornalísticas que demandam maior tempo de execução. (SALAVERRÍA, 2014, p. 36)

Assim como a animação, o som também é um item da reportagem multimídia. O autor identifica o som como um elemento multimídia que pode agregar bons resultados nas informações virtuais. Ele explica que o áudio não precisa ser utilizado apenas de uma maneira, mas que também, é possível contar com “o discurso oral e, por outro, a música e os efeitos sonoros. Ambas as modalidades se utilizam de forma bastante diferente nos conteúdos multimídia e, como tal, acreditamos que é pertinente diferenciá-las.” De acordo com Salaverría, o discurso oral pode ser usado tanto coberto por imagens, quanto, com a própria pessoa que faz o discurso em cena. Ele (SALAVERRÍA, 2014, p. 36-37) acrescenta que, quando a fala for de difícil compreensão ou em língua estrangeira, deve-se utilizar de texto também.

A reportagem multimídia desenvolvida a partir desse trabalho tem narrativa verticalizada, tendo possibilidade de *scrolling* e *menu* na horizontal, o que permite ao leitor se direcionar para partes específicas do conteúdo. Além disso, a produção possui *design* responsivo, as características descritas pelos autores (imersão, responsividade, hipertextualidade, hipermedialidade, multimídia e interatividade) e conta com diferentes mídias como texto, imagens, gráficos, iconografias, ilustrações, vídeos, animações e som.

2.2 Violência sexual na infância

A violência sexual infantil, segundo o Art. 4º (BRASIL. Constituição, 1990) do Estatuto da Criança e do Adolescente, caracteriza-se como qualquer ato que constranja a criança ou o adolescente a praticar ou presenciar a conjunção carnal ou qualquer outro ato libidinoso, inclusive exposição do corpo em foto ou vídeo por meio eletrônico ou não. O abuso sexual também adentra na violência, uma vez que é entendido como uma ação na qual, novamente, a criança ou adolescente é utilizado para fins sexuais, seja de modo presencial ou virtual, que tenha como finalidade um estímulo sexual do agente ou de terceiros. (BRASIL, 1990)

Devido a isso, o ato de violência sexual infantil se enquadra como uma violação da Constituição Federal, que assegura a integridade física e bem estar, assim como garante no Art. 6º os direitos sociais que envolvem proteção à infância. (BRASIL, 2015)

De acordo com a lei, é de direito que a criança tenha saúde, educação e uma infância protegida, mas, infelizmente, a Unicef afirma que “[...] no Brasil, uma criança ou adolescente é vítima de violência sexual a cada 15 minutos (Disque 100). A maioria dos casos acontece dentro de casa, e o agressor é conhecido ou alguém da família.” (VIOLÊNCIA..., 2020)

Segundo Moreschi (2018), a violência é caracterizada como intrafamiliar, quando ocorre dentro do ambiente doméstico e quando o abusador possui parentesco com a vítima. No caso em que o abuso é cometido por uma pessoa que participa do convívio da criança e possui uma relação de confiança, fora do espaço parental, é denominado como extrafamiliar. (MORESCHI, 2018, p. 43)

Para os autores Catarino e Almeida, a violência sexual infantil caracteriza-se como um tipo de violência doméstica, que pode ser resultante da violência de

gênero e da cultura patriarcal. (CATARINO; ALMEIDA, 2017, p. 4)

Pode-se dizer que há diversos fatores que influenciam a probabilidade e crescimento da violência, como a diferença de idade entre a vítima e o abusador, deficiência, vulnerabilidade social, carência na estrutura familiar e demais situações que envolvam a fragilidade da criança ou adolescente. (ROSENSTOCK, 2019)

Apesar dos abusos serem cometidos por todos os gêneros, a maioria dos casos são praticados por homens, que utilizam da violência de gênero e relação de poder para reafirmar seu posto de autoridade na família, no qual as principais vítimas são meninas. Catarino e Almeida (2017) ainda explicam que “O homem cresce sendo ensinado que deve ser superior à mulher, que ele tem poder, e dentre a forma que ele utiliza para usar sua superioridade é o abuso sexual que é uma forma de dominar o corpo e a sexualidade.” (CATARINO; ALMEIDA, 2017, p. 5)

O ato pode ser cometido não somente por adultos, mas também por menores que, por diferença de idade, tornam-se responsáveis, com maior autoridade sobre o menor vulnerável ao ato sexual. (ROSENSTOCK, 2019)

De acordo com os autores Conceição *et al.* (2020), apesar dos números de casos denunciados em relação ao abuso praticado contra meninos ser inferior ao das meninas, é preciso alertar sobre a presença desse acontecimento, que muitas vezes não é notificado devido ao constrangimento da vítima. “A presença de preconceitos, de segredos, de não ditos na família dessas vítimas, bem como nos entornos sociocomunitários, atrasam ou impedem que esses meninos venham a ter vez e voz nos atendimentos clínicos.” (CONCEIÇÃO *et al.*, 2020, p. 104)

Independente do gênero da criança ou adolescente, a violência sexual, além de infringir seus direitos e seu corpo, deixa sequelas tanto físicas quanto psicológicas. Segundo os autores Cogo *et al.* (2011), a vivência do abuso é capaz de afetar o desenvolvimento do sistema cognitivo, afetivo e até social, de diferentes formas e intensidades. Eles complementam ao indicar que “Os diversos fatores associados ao abuso também devem ser considerados, visto que contribuem para o desenvolvimento de consequências psicológicas severas para a criança, que se não tratadas podem se perpetuar por toda a vida”. (COGO *et al.*, 2011, p. 131)

Dentre os inúmeros danos causados na vítima em decorrência da violência sexual infantil, estão o suicídio, absorção de problemas familiares, contaminação de infecções sexualmente transmissíveis (IST), gravidez precoce, abortos naturais ou provocados, abandono escolar, envolvimento com drogas ilícitas, prostituição e

demais fatores decorrentes do abuso. (MORESCHI, 2018, p. 45)

Cogo *et al.* (2011) enfatizam a importância na investigação dessas consequências para o conhecimento das marcas deixadas na criança e em como elas lidam com essas cicatrizes, assim como também a maneira na qual os profissionais atuam para que no futuro as vítimas superem os traumas adquiridos. (COGO *et al.*, 2011, p. 131)

Para que haja a proteção da criança que sofre abuso, são necessárias três etapas, que segundo os autores Gandolfo *et al.* referem-se a: revelação, notificação e denúncia.

É importante ter em mente que a revelação muitas vezes se dá a partir de certos sintomas apresentados pelas vítimas, apontando para a necessidade de que membros da família, cuidadores ou profissionais com os quais as vítimas estão em contato (por exemplo, na escola) saibam reconhecer tais sinais. (CONCEIÇÃO *et al.*, 2020, p. 104)

Sinais estes que Catarino e Almeida (2017) dividem em provas materiais, provas imateriais, sexualidade, desempenho escolar e relacionamento social, conforme descrito na Figura 2.

Um agente que possui papel importante na identificação da violência sexual é o professor, já que, de acordo com Catarino e Almeida, são eles que passam parte do dia com as crianças e que podem utilizar a observação para reparar se houve mudança no comportamento, a fim identificar sinais físicos e psicológicos, caracterizados em corporais ou comportamentais. “Para isso o professor deve se capacitar sobre o assunto e ter em mente todos os comportamentos que podem indicar um possível abuso e nunca deixar que nenhum sinal passe despercebido.” (CATARINO; ALMEIDA, 2017, p. 11)

Figura 2 – Sinais que as crianças manifestam quando são vítimas de abuso

Sinais Corporais ou provas materiais	Sinais comportamentais ou provas imateriais	Sexualidade	Desempenho escolar
<ul style="list-style-type: none"> • Enfermidades psicossomáticas que se traduzem em uma série de problemas de saúde; • DST, incluindo Aids, diagnosticadas por intermédio de coceira na área genital, infecções; • Canal da vagina alargado, hímen rompido; • Baixo controle do esfíncter, constipação ou incontinência fecal; • inflamação causada por gonorreia na garganta ou reflexo de engasgo hiperativo e vômitos; • Dor, inchaço, lesão ou sangramento nas áreas da vagina ou ânus; • Sêmen na boca, nos genitais ou na roupa; • Roupas íntimas rasgadas ou manchadas de sangue. 	<ul style="list-style-type: none"> • Mudanças comportamentais súbitas, mudança de humor entre timidez e extroversão; • Medo ou pânico de uma pessoa ou quando deixada em algum lugar; • Vergonha excessiva, inclusive mudar de roupa na frente de outras pessoas; • Tristeza, abatimento profundo ou depressão crônica; • Medo do escuro ou de lugares fechados, culpa e autoflagelação; • Excitabilidade ou dificuldade de concentração; • Ansiedade, comportamento tenso, sempre em estado de alerta e fadiga; • Comportamento agressivo principalmente dirigido contra irmãos e o familiar não incestuoso. 	<ul style="list-style-type: none"> • Curiosidade sexual excessiva. Expressão de afeto sexualizada ou grau de provocação erótica; • Desenvolvimento de brincadeiras sexuais persistentes com amigos, animais e brinquedos; • Masturbação compulsiva ou pública; • Toque ou manipulação constante dos órgãos genitais; • Relato de avanços sexuais por parentes, responsáveis ou outros adultos; • Introdução de objetos no ânus ou na vagina; • Representações e desenhos de órgãos genitais além da capacidade de sua faixa etária; • Ansiedade constante relacionada a temas sexuais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Assiduidade e pontualidade exageradas; • Queda injustificada de frequência à escola; • Dificuldade de concentração e de aprendizagem; • Ausência ou pouca participação nas atividades escolares.
			Relacionamento social
			<ul style="list-style-type: none"> • Tendência a isolamento, poucas relações com colegas e companheiros; • Dificuldade de confiar nas pessoas à sua volta; • Evitamento de contato físico.

Fonte: Ilustração elaborada pelos autores a partir do texto “A importância do professor da educação infantil no combate a violência sexual infantil” (CATARINO; ALMEIDA, 2017, p. 6-7).

De acordo com o estudo realizado por Caroline Marafiga e Denise Falcke (2020) sobre a análise do abusador, é possível compreender que a maior parte dos abusos ocorrem no contexto intrafamiliar, que traz uma diferença significativa em relação ao contexto extrafamiliar. Os vitimizadores, predominantemente, pertencem ao sexo masculino e identificam-se como heterossexuais, além de possuírem escolaridade precária. Um dado preponderante a ser analisado, é que existe uma porcentagem mínima de abusadores que possuem diagnóstico de transtorno pedofílico. (MARAFIGA; FALCKE, 2020)

Para Marafiga e Falcke, em boa parte das situações abusivas, o criminoso não consome álcool e atua sozinho, sendo capaz de causar prejuízos físicos e psicológicos às vítimas e sociedade em geral. A figura paterna instável, a falta de estrutura familiar e a agressão no ambiente doméstico são elementos propícios para a consumação do ato. (MARAFIGA; FALCKE, 2020)

Ademais, Cogo *et al.* (2011) relatam que viver um trauma físico e psicológico faz a vítima contestar sua capacidade de defesa e entender que seu corpo pode ser tocado por outra pessoa sem o seu consentimento.

Essas consequências, entre tantas outras, afetam não só a própria vítima, mas a sociedade como um todo, que pode vir a sofrer com uma criança que fora traumatizada no passado e hoje se torna um adulto que adota comportamentos agressivos ou passivos para lidar com as situações cotidianas. (COGO *et al.*, 2011, p. 137)

3. RESULTADOS

A reportagem trata do cenário da violência sexual infantil em Presidente Prudente (SP). Para compreender a situação, o grupo solicitou e organizou dados que foram fornecidos por três órgãos referentes aos últimos cinco anos: Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas), Conselho Tutelar e Polícia Civil. Para a compreensão dos casos, foram realizadas entrevistas com os responsáveis pelos órgãos supracitados, como a Promotoria de Justiça da Vara da Infância e Juventude e a Saúde Mental de Presidente Prudente, além de profissionais da educação, uma psicóloga e com adultos que foram vítimas de abuso sexual infantil quando crianças.

Com relação aos casos acompanhados pelo Creas, levantou-se que a maioria dos crimes foram cometidos pelo avô, genitor, padrasto, tio, conhecido, entre pares e cunhado. O fato de o agressor ter parentesco com a vítima também se fez presente nos casos que foram relatados na reportagem, uma vez que, das quatro vítimas, em três situações a violência ocorreu no contexto intrafamiliar.

Na Figura 3, é possível visualizar os dados referentes ao grau de parentesco do agressor com a vítima nos anos de 2019 e 2020. A coordenadora do Creas I, Elaine Spiguel¹, afirma que entre os diversos fatores que colaboram para o início do ato, há uma maior concentração na forma de carinho prestada à vítima, atribuída como um indicador de um possível abuso, no qual a conquista é utilizada como uma troca, associada entre violência sexual a violência psicológica.

Em dados obtidos por meio do Serviço de Informação ao Cidadão de São Paulo (protocolo nº 64121215315), a Polícia Civil notificou, nos últimos cinco anos, 210 casos no município de Presidente Prudente. Em contrapartida, o Conselho registrou 362 notificações e o Creas contabilizou 394 casos de acompanhamento psicossocial jurídico no mesmo período.

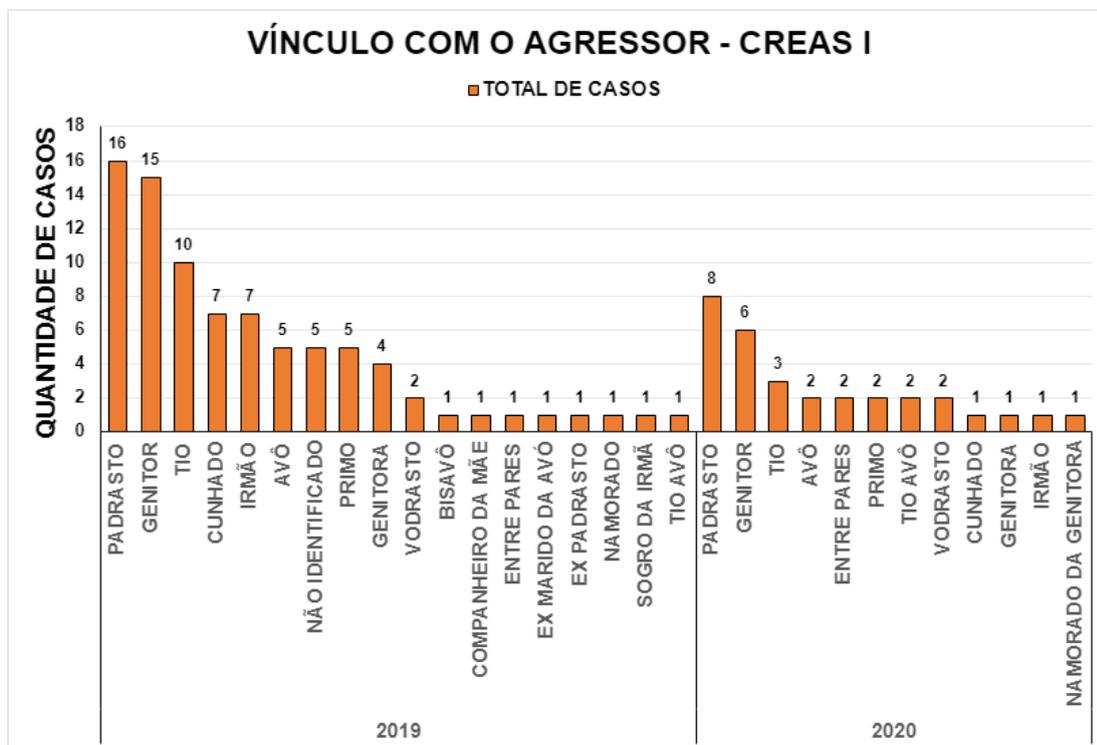
O Creas II, que em 2020 passou a realizar acompanhamentos com crianças e adolescentes vítimas de abuso em determinados territórios do município, informou, por meio de sua coordenadora Luciana Henn², que no mesmo ano foram registradas 34 notificações de violência sexual infantil, enquanto no Creas I foram 31

¹Entrevista concedida por Elaine Dias Spiguel, coordenadora da Unidade 1 do Centro de Referência Especializado de Assistência Social de Presidente Prudente, Presidente Prudente, 2021.

²Entrevista concedida por Luciana S. Felipin Henn, coordenadora da Unidade 2 do Centro de Referência Especializado de Assistência Social de Presidente Prudente, Presidente Prudente, 2021.

notificações no mesmo período.

Figura 3 - Relação de atendimento conforme o vínculo do agressor - 2019/2020



Nota: Ilustração elaborada pelos autores (2021).

Ainda em 2020, o Conselho registrou 52 casos e a Delegacia de Polícia Civil 29 ocorrências, o que resulta em diferença de 23 casos. Nos outros quatro anos também foi possível notar uma divergência entre os números apresentados, conforme demonstrado na Figura 4.

Sobre as atribuições de cada órgão, o Conselho Tutelar seria a porta de entrada das denúncias dos casos de violência sexual infantil. Os conselheiros são responsáveis por assegurar e aplicar as medidas de proteção para crianças e adolescentes. Conforme o tipo de violência sexual infantil identificada, será realizada uma requisição de serviço especializado, se o caso for intrafamiliar, a vítima será encaminhada para Creas.

O Creas tem o papel de prestar atendimento e acompanhar as famílias com o auxílio de profissionais das áreas de psicologia, assistência social e direito. O trabalho do Creas se caracteriza como um atendimento psicossocial jurídico, e, caso a criança ou adolescente apresente uma situação de necessidade de acompanhamento sistemático dentro da psicoterapia, é realizada uma articulação

com a Saúde Mental do município.

Figura 4 - Últimos cinco anos de registros em Presidente Prudente – SP

ÚLTIMOS 5 ANOS DE REGISTROS DE CASOS DE ABUSO INFANTIL EM PRESIDENTE PRUDENTE - SP



Em 2020, o Creas se dividiu em dois: Creas I e Creas II.

Nota: Ilustração elaborada pelos autores (2021).

Os casos intrafamiliares são analisados de modo a identificar qual a necessidade da família. A partir da análise, um planejamento é desenvolvido para saber onde a família vai ser inserida, pois o órgão trabalha com acompanhamento por meio de atendimentos individuais ou em grupos.

O Creas oferece duas modalidades de proteção social, são elas: proteção social básica e proteção social especial. A proteção básica é aplicada quando é identificada vulnerabilidade na família, mas não existe uma violência, ou seja, os profissionais atuam na prevenção. Já a especial é aplicada quando houve um ato de violência.

No caso de violência extrafamiliar, a criança ou adolescente será encaminhado para o Serviço Mental do município³, órgão que direciona a vítima para as equipes de referência do território para o tratamento de psicoterapia de fundo emocional.

³ Atualmente, a Saúde Mental é responsável pelo acompanhamento das vítimas que anteriormente eram direcionadas ao Ambulatório de Atendimento de Vítimas de Exploração e Abuso Sexual (Aaveas), que em 2005 foi desativado no município.

Segundo a supervisora do órgão, Carolina de Farias⁴, o profissional da Saúde Mental está ali para oferecer um atendimento mais humanizado. “O psicólogo que está em atendimento psicoterápico na saúde, ele é um agente dentro de uma rede de proteção na qual o paciente vai se apoiar para superar aquela fase.”

Ao Conselho Tutelar, cabe notificar a Delegacia da Mulher, para que seja feito um boletim de ocorrência. Segundo a delegada Denise Simonato⁵, todos os casos devem, obrigatoriamente, ser registrados.

[...] primeiramente é registrado um boletim de ocorrência e, via de regra, é expedida uma requisição de exame de corpo de delito [...]. O passo seguinte é instaurado o inquérito policial, o representante dessa vítima será ouvido, será colhido todas as informações, todas as provas necessárias.

De acordo com o promotor da Vara da Infância e Juventude, Marcos Akira⁶, diante do indício da existência do delito, é necessário que haja uma desconfiança e investigação. Isso porque a criança externa de alguma forma, por meio de comportamentos incomuns, que algo está acontecendo.

Ao se tratar da rede de proteção, como hospitais e escolas, por exemplo, o correto é encaminhar o caso de violência sexual infantil diretamente para o Conselho Tutelar. Porém, erroneamente, alguns crimes são notificados ao Creas, e segundo a coordenadora Elaine Spiguel⁷, o órgão não tem a obrigação de notificar o Conselho. O responsável pela notificação seria a rede que notou os indícios de violência sexual infantil no primeiro momento.

Nesses casos, o Conselho Tutelar não tem conhecimento e não acompanha as famílias que estão em atendimento para saber como está a evolução. Além disso, são dez conselheiros para atender as notificações de toda a cidade, segundo a coordenadora do Conselho Tutelar, Mônica Alessi⁸.

São 20 casos por conselheiros só abertos, só novos, daí você coloca mais [...] uns 80 casos em andamento. Se tivesse mais um conselho [...] nós

⁴ Entrevista concedida por Carolina Francisca de Farias, supervisora da Saúde Mental de Presidente Prudente, Presidente Prudente, 2021.

⁵ Entrevista concedida por Denise Simonato Akagui, delegada de Polícia da Delegacia de Defesa da Mulher de Presidente Prudente, Presidente Prudente, 2021.

⁶ Entrevista concedida por Marcos Akira Mizusaki, promotor de Justiça da Infância e Juventude de Presidente Prudente, Presidente Prudente, 2021.

⁷ Entrevista concedida por Elaine Dias Spiguel, coordenadora da Unidade 1 do Centro de Referência Especializado de Assistência Social de Presidente Prudente, Presidente Prudente, 2021.

⁸ Entrevista concedida por Mônica Alessi Zanuto, coordenadora do Conselho Tutelar de Presidente Prudente, Presidente Prudente, 2021.

teríamos tempo para outras funções, fiscalizar os órgãos públicos, fiscalizar as entidades, fiscalizar os serviços.

Nas escolas, profissionais têm treinamentos para a identificação dos casos, e trabalham o assunto com os alunos por meio de livros e conversas. Dessa forma, são capazes de perceber comportamentos e falas incomuns e podem fazer a escuta qualificada, assim como os órgãos de assistência.

O ideal é que seja feita a escuta especializada, que consiste em uma escuta única e atenta à fala da criança, sem indução ou julgamento, e com detalhamento posterior por meio de relatório, para que a vítima seja ouvida uma única vez e não tenha que retomar a memória da violência toda vez que fala sobre ela em diferentes instâncias.

A escuta especializada foi instituída por meio da Lei Nº 13.431, e seu foco é a proteção das vítimas sem revitimização, conforme explica o Promotor da Infância e Juventude, Marcos Akira⁹:

Há uma lei de 2017 que regulamenta a forma de ser feita essa escuta, que é feita com pessoas especializadas, de uma forma lúdica, para que não haja uma revitimização. A revitimização acontece todas as vezes que uma pessoa vai relatar aquele fato delituoso que ela sofreu, ela sente todas as dores de novo.

Conforme explica a coordenadora do Conselho Mônica Alessi¹⁰, existe um comitê que está representando o município para implantar a escuta especializada. “Hoje nós não temos, então se chega uma criança aqui e faz uma denúncia para gente, nós vamos ouvir, fazer uma escuta qualificada, não especializada, e vamos requisitar o serviço”.

De acordo com a Delegada Denise Simonato¹¹, é importante se atentar ao comportamento das crianças, pois apesar de não entenderem a natureza do abuso, a violência irá refletir em seu comportamento. É necessário também saber com quem elas estão. “[...] sempre tomar cuidado com quem deixar, onde vai pernoitar, porque infelizmente esses crimes sexuais ocorrem com pessoas próximas.”

⁹ Entrevista concedida por Marcos Akira Mizusaki, atual promotor de Justiça da Infância e Juventude de Presidente Prudente, Presidente Prudente, 2021.

¹⁰ Entrevista concedida por Mônica Alessi Zanuto, coordenadora do Conselho Tutelar de Presidente Prudente, Presidente Prudente, 2021.

¹¹ Entrevista concedida por Denise Simonato Akagui, delegada de Polícia da Delegacia de Defesa da Mulher de Presidente Prudente, Presidente Prudente, 2021.

O projeto contou com o relato de três adultas que foram vítimas de violência sexual quando crianças, mais o relato de uma mãe, cuja filha foi a vítima. As personagens foram identificadas com nomes fictícios, para que suas identidades fossem preservadas. Os nomes foram escolhidos por elas, para que se identificassem ao ler o texto da reportagem. Amélia¹² e Alice¹³ sofreram abusos dos padrastos e dos tios. Thais¹⁴ foi vítima de violência sexual extrafamiliar, cometida por um adolescente que frequentava sua casa. Já Luzia¹⁵ é mãe da menina que foi abusada pelo próprio pai, ex-marido da entrevistada.

Luzia¹⁶ explica que sua filha contou que tinha sofrido abuso do pai em setembro de 2020. “Ela tinha de seis a nove anos de idade quando ocorreu, foram várias vezes, durante vários momentos do dia e eu nunca estava presente [...]”

Assim como a filha de Luzia, as demais vítimas relataram ter a mesma faixa etária quando sofreram o abuso. Thais¹⁷ explica que foi violentada quando tinha por volta de quatro ou cinco anos. “[...] ele falava pra mim, em particular, que era uma coisa nossa, que era um carinho que ele fazia [...]”. O abusador era um adolescente de 15 anos, de uma família que frequentava sua casa.

Já Alice¹⁸ contou como tinha medo de sua mãe não acreditar. “[...] eu achava que ela não ia acreditar, porque meu padrasto que mantinha a gente [...] então como que ela ia terminar um relacionamento por minha causa?” Assim como Alice, Amélia¹⁹, que também foi vítima de seu padrasto, relata como ninguém reparou nos abusos que ela vinha sofrendo. “Eu me sentia mal, [...] me sentia um nada, [...] como se eu não tivesse importância pra ninguém, eu nunca me vi uma criança importante pra alguém.”

Luzia²⁰, ao saber da violência que sua filha sofrera, foi até a Delegacia de Defesa da Mulher prestar queixa. Ela relatou que sofreu com a falta de preparo e acolhimento dos profissionais do órgão. “[...] infelizmente ainda falta um acolhimento, uma preparação né, dentro de uma DDM para receber uma adolescente que chega

¹² Entrevista concedida por Amélia, Presidente Prudente, 2021.

¹³ Entrevista concedida por Alice, Presidente Prudente, 2021.

¹⁴ Entrevista concedida por Thais, Presidente Prudente, 2021.

¹⁵ Entrevista concedida por Luzia, Presidente Prudente, 2021.

¹⁶ *Idem.*

¹⁷ Entrevista concedida por Thais, Presidente Prudente, 2021.

¹⁸ Entrevista concedida por Alice, Presidente Prudente, 2021.

¹⁹ Entrevista concedida por Amélia, Presidente Prudente, 2021.

²⁰ Entrevista concedida por Luzia, Presidente Prudente, 2021

vítima de um abuso. Eu também, enquanto mãe, não me senti acolhida [...].”

Diante da análise dos dados cedidos pelo Creas sobre o vínculo do agressor com a vítima (Figura 3), nota-se que a maior parte dos crimes de caráter intrafamiliar foi cometida pelo padrasto, genitor ou tio, mesmo grau de parentesco apresentado nos relatos das vítimas Alice, Amélia e Luzia.

3.1 Resultados da reportagem

A reportagem multimídia *Infância Roubada* foi publicada no dia 09 de novembro às 19h, porém, para fins científicos, o grupo optou por analisar os acessos do dia 10 até 17 de novembro.

Durante o período de uma semana, a reportagem foi visualizada 226 vezes, e correspondeu a 53,68% dos acessos à Prisma. Em 10 de novembro, a página recebeu o maior número de visualizações, foram 51. Os acessos foram realizados principalmente de Presidente Prudente, Martinópolis e São Paulo. Além dessas localidades, a produção foi acessada em mais de 33 cidades diferentes.

Os usuários que entraram na página da reportagem ficaram, em média, durante 6 minutos e 32 segundos. O tempo de permanência habitual na plataforma Prisma é de, aproximadamente, 4 minutos e 28 segundos, o que significa que os usuários ficaram 2 minutos e 4 segundos a mais na reportagem do que costumam ficar no site.

Ao analisar os dispositivos que o público utilizou para leitura da reportagem, é possível observar que a maioria acessou o conteúdo pelo celular (73,89%), o que corresponde a 167 visualizações. Já o *desktop* representou 26,10% dos acessos, totalizando 59 visitas.

Os únicos recursos multimídia que possibilitam a contabilização de visualizações são os vídeos da reportagem, que foram vistos 54 vezes. O vídeo que mais teve tempo de retenção foi o intitulado “LUZIA 02”, a duração média de visualização foi de 14 segundos e o tempo total é de 18 segundos, o que representa que os espectadores assistiram 76,7% do material. Por outro lado, o audiovisual com menor tempo de retenção foi o “Denise 02”, o público assistiu 27,2% do tempo total, isso significa que de 1 minuto e 21 segundos, apenas 22 segundos foram assistidos, em média.

Além da análise quantitativa, o grupo desenvolveu um formulário para que professores, estudantes e jornalistas respondessem, com o intuito de realizar a análise qualitativa da recepção do material. Foram obtidas 11 respostas e o perfil dos participantes foi o seguinte: 54,5% eram alunos, 27,3% jornalistas e 18,2% professores. Com relação ao gênero, 54,5% das respostas vieram de pessoas do sexo feminino e 45,5% do masculino.

Quando questionados se consideravam o material completo, todos responderam que sim. E quando solicitado que apontassem a parte mais surpreendente, 63,6% escolheu a seção Histórias, seguida de Violência Sexual, com 18,2% dos votos, enquanto as partes chamadas Sinais e Presidente Prudente receberam 9,1% cada. Por fim, 100% dos participantes acreditam que o trabalho agregou à discussão acerca da temática violência sexual infantil.

4. DISCUSSÃO

4.1 Dados, notificações e fluxo de denúncia

Os números obtidos com o Conselho Tutelar, Centro de Referência e Assistência Social (Creas) e a Delegacia de Polícia Civil, referentes à violência sexual infantil, indicam que há uma divergência de notificações, apontando para uma possível falha no sistema de comunicação entre os órgãos.

A partir das entrevistas realizadas com a coordenação do Conselho Tutelar, o órgão deveria ser a principal porta de entrada de casos intrafamiliares e extrafamiliares, e concentraria, dessa forma, o maior número de notificações.

Porém, o Creas, que atende somente casos intrafamiliares, tem número superior ao do Conselho. A coordenadora da unidade I, Elaine Spiguel²¹, afirmou que eles não recebem apenas casos vindos do Conselho, mas também por meio de demanda espontânea, através da rede de proteção, como escolas e hospitais. Nesse caso, o Creas não tem obrigação de notificar o Conselho. Essa responsabilidade seria de quem identificou e fez a denúncia num primeiro momento. Mas se o caso já estiver sendo acompanhado pelo Creas, e se ocorrer uma nova situação de violência com a mesma criança, o Creas notifica o Conselho.

Mônica Alessi²², atual coordenadora do Conselho Tutelar, afirma que não poderia haver essa diferença de números entre Creas e Conselho, e que esse erro pode gerar falta de monitoramento, bem como a garantia do serviço. “Tem que estar o mais correto possível, o mais próximo possível. Isso daí a gente precisa sentar e conversar urgentemente”.

Outra discrepância que chama a atenção é o baixo número da Delegacia de Polícia Civil no período de 2016 a 2019. O órgão, teoricamente, deveria investigar todos os casos notificados no município, independente da origem da denúncia, e o registro do boletim de ocorrência deveria ser feito mesmo contra a vontade da família.

Sobre a diferença dos dados, a delegada Denise Simonato²³ afirma ter sido

²¹ Entrevista concedida por Elaine Dias Spiguel, coordenadora da Unidade 1 do Centro de Referência Especializado de Assistência Social de Presidente Prudente, Presidente Prudente, 2021.

²² Entrevista concedida por Mônica Alessi, coordenadora do Conselho Tutelar de Presidente Prudente, Presidente Prudente, 2021.

²³ Entrevista concedida por Denise Simonato Akagui, delegada de Polícia da Delegacia de Defesa da

pega de surpresa e ter total desconhecimento, mas relata que nenhum crime desta natureza fica sem investigação.

Aqui nós trabalhamos só com os nossos números, com as nossas informações e todos os casos que chegam ao nosso conhecimento venham eles por ofício, por denúncia anônima, por boletim de ocorrência, de qualquer forma, chegando uma notícia aqui de crime sexual envolvendo criança ou adolescente todo, todo fato é apurado.

Porém, Spiguel²⁴ afirma que muitos funcionários da rede de proteção desconhecem o fluxo correto de denúncia e acabam encaminhando diretamente ao Creas, que, por sua vez, pode não notificar o Conselho ou a Polícia Civil.

O promotor da Vara da Infância e Juventude, Marcos Akira²⁵, explica que alguns casos são encaminhados diretamente à promotoria ou Ministério Público, o que pode resultar na diferença dos dados apresentados. Akira²⁶ confirma que, entre os anos de 2016 a 2018, há uma grande diferença dos números e que isso pode ter ocorrido também por conta de orientações equivocadas sobre as denúncias, quando um caso é identificado em determinado órgão, resultando na não notificação direcionada à Polícia ou ao Ministério Público.

Não posso acusar nada, nem pontuar nada, simplesmente, talvez seja uma leitura nesse sentido. Mas, no geral, o que a gente vê hoje, a atuação do Conselho, atuação do Creas, são atuações absolutamente responsáveis.

Em relação ao controle de notificações, Elaine Spiguel²⁷ esclarece que cada órgão tem a sua política de assistência e controle, e explica que o Creas possui uma planilha própria com dados com o nome das crianças e adolescentes, data de nascimento, nome da mãe, endereço da vítima, qual é o território de Cras dela, qual violência ela vivenciou e quem foi o agressor.

Já o Conselho conta com um sistema unificado, o “Sipia”, que consiste em um programa digital que deveria ser alimentado com as informações dos casos de abuso em todo o território nacional. Mônica Alessi²⁸ relata a dificuldade em sua

Mulher de Presidente Prudente, Presidente Prudente, 2021.

²⁴ Entrevista concedida por Elaine Dias Spiguel, coordenadora da Unidade 1 do Centro de Referência Especializado de Assistência Social de Presidente Prudente, Presidente Prudente, 2021.

²⁵ Entrevista concedida por Marcos Akira Mizusaki, atual promotor de Justiça da Infância e Juventude de Presidente Prudente, Presidente Prudente, 2021.

²⁶ *Idem*

²⁷ Entrevista concedida por Elaine Dias Spiguel, coordenadora da Unidade 1 do Centro de Referência Especializado de Assistência Social de Presidente Prudente, Presidente Prudente, 2021

²⁸ Entrevista concedida por Mônica Alessi Zanuto, coordenadora do Conselho Tutelar de Presidente

operação, e por ser complexo e trabalhoso, acaba não sendo utilizado.

Conforme Carolina de Farias²⁹, supervisora da Saúde Mental do município, o órgão não possui dados tabelados e específicos relacionados ao quantitativo de casos e notificações. O serviço atende vítimas de casos extrafamiliares e casos intrafamiliares que demandam atendimento psicoterápico, e pode atender também abusadores que buscam esse tipo de ajuda.

4.2 Tipificação

O promotor³⁰ aponta uma possível causa para divergência dos números da Polícia Civil: a tipificação feita erroneamente no boletim de ocorrência. Se a tipificação estiver errada no B.O., o crime não é computado como abuso sexual infantil³¹. “Eu creio que seja mais por forma de alimentação de dados, do que necessariamente eu falar que houve um acobertamento, houve um equívoco”.

Marcos Akira³² explica que situações claras da existência de crime não podem deixar de ser encaminhadas para investigação. Na dúvida, o Conselho e o Creas têm que notificar a Polícia, pois a definição da existência ou não do crime compete ao Poder Judiciário e ao Ministério Público, na hora de oferecer denúncia.

A delegada Denise Simonato³³ afirma que o registro realizado a partir da notificação dos órgãos, na delegacia, faz parte de uma avaliação do conjunto de provas e detalhes que somam à conclusão final. Isso pode fazer com que o caso seja registrado como não criminal, até que os fatos sejam mais bem apurados.

No nosso modelo interno da Polícia Civil, toda vez que se registra um

Prudente, Presidente Prudente, 2021.

²⁹ Entrevista concedida por Carolina Francisca de Farias, supervisora da Saúde Mental do município de Presidente Prudente, 2021.

³⁰ Entrevista concedida por Marcos Akira Mizusaki, atual promotor de Justiça da Infância e Juventude de Presidente Prudente, Presidente Prudente, 2021.

³¹ As tipificações listadas no material encaminhado por meio da solicitação nº 64121215315, realizada no Serviço de Informação ao Cidadão de São Paulo, foram: Estupro (Art. 213); Estupro de vulnerável (Art.217-A); Satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente (Art.218-A); Ato obsceno (Art.233); Corrupção de menores (Art.218); Produzir, fotografar, filmar ou registrar, por qualquer meio, conteúdo (Art. 2016-B); Assédio Sexual (Art.216-A); Escrito ou objeto obsceno (Art.234); Importunação Sexual (Art.215A); Favorecimento da prostituição ou exploração sexual de vulnerável (Art.228); Mediação para servir a lascívia de outrem (Art.227); Violação sexual mediante fraude (Art.215); Divulgação de cena de estupro e imagens de nudez, sexo ou pornografia (Art.218-C); Casa de prostituição (Art.229); Rufianismo (Art.230); Tráfico internacional de pessoas para fim de exploração sexual (Art.231).

³² *Idem*

³³ Entrevista concedida por Denise Simonato Akagui, delegada de Polícia da Delegacia de Defesa da Mulher de Presidente Prudente, Presidente Prudente, 2021.

boletim de ocorrência, deve ser colocada uma tipificação [...]. A gente precisa colocar alguma coisa lá, então, quando se tem dúvida quando qual crime exatamente vai reincidir, [...] coloca-se não criminal, para que os fatos possam ser mais bem apurados e depois sejam devidamente tipificados.

Simonato³⁴ ressalta que a tipificação nunca será fixa, ela pode ser alterada no curso do inquérito policial ou pelo próprio juiz, no momento da condenação, pois o importante em uma investigação criminal não é a tipificação, mas sim os fatos que ocorrem no crime, que serão apurados³⁵.

Além disso, Elaine Spiguel³⁶ explica que, se o caso for marcado como não criminal, é realizada uma avaliação dos elementos necessários para a investigação, e que podem ocorrer casos que não reultam no boletim de ocorrência, como, por exemplo, quando uma criança relata que assistiu a um filme pornográfico sem que o pai percebesse. Tal fato poderia ser encaminhado ao Conselho ou Creas, mas talvez não chegue à delegacia.

4.3 Colaboradores

O município de Presidente Prudente conta com dez conselheiros tutelares, que acompanham, atualmente, a média de 80 casos cada. São casos novos e o chamado “arquivo vivo”, que consiste nos casos que estão em acompanhamento há mais tempo e que, quando notificada uma nova violência naquela família assistida, são retomados para monitoramento da vítima.

A conselheira e ex-coordenadora do Conselho Tutelar Paloma Leonel³⁷ relata que a alta demanda pode prejudicar o atendimento de crianças violentadas. Elaine Spiguel³⁸, responsável pelo Creas I, também relata sobrecarga referente à quantidade de casos por equipe, já que existe um limite dentro da tipificação, que é de 40 famílias ou indivíduos em Presidente Prudente. A sobrecarga no sistema pode fazer com que os responsáveis pela definição dos atendimentos façam uma reavaliação e mudem a

³⁴ *idem*.

³⁵ Na metodologia dos dados encaminhados pela Polícia Civil, não consta se as tipificações listadas nos boletins de ocorrência considerados para a listagem, são aquelas atribuídas no início, ao longo ou no fim da investigação.

³⁶ Entrevista concedida por Elaine Dias Spiguel, coordenadora da Unidade 1 do Centro de Referência Especializado de Assistência Social de Presidente Prudente, Presidente Prudente, 2021.

³⁷ Entrevista concedida por Paloma Leonel, atual conselheira e ex-coordenadora do Conselho Tutelar no período de julho de 2020 a junho de 2021, Presidente Prudente 2021.

³⁸ Entrevista concedida por Elaine Dias Spiguel, coordenadora da Unidade 1 do Centro de Referência Especializado de Assistência Social de Presidente Prudente, Presidente Prudente, 2021.

orientação de quais casos realmente deverão ser acolhidos pelo Creas.

Questionado sobre a quantidade de funcionários para a demanda dos órgãos, Marcos Akira³⁹ afirma não ter recebido denúncias e nenhum tipo de reclamação nesse sentido, mas confirma que os funcionários estão sobrecarregados e que mesmo sendo possível obter avanços, o município de Presidente Prudente se concentra dentro do mínimo básico, permitindo o pleno atendimento na área da infância pelo Conselho.

4.4 Pandemia

Em 2020 é possível observar que houve uma regressão de 69,30% nos casos. Segundo a conselheira Paloma Leonel⁴⁰, a diminuição dos números seria uma consequência do fechamento das unidades escolares em virtude da COVID 19, já que os professores são os responsáveis por grande parte da identificação de casos e notificações.

A coordenadora do Creas⁴¹ relata que, no contexto de pandemia, muitas crianças podem estar vivenciando a violência sem que ninguém desconfie, pois estão sem observação. Spiguel⁴² relata que, ainda assim, durante as atividades remotas da escola, alguns profissionais identificaram situações por meio de vídeos, em uma aula online ou, até mesmo, dentro de um material de tarefas escolares. Ela ressalta que o quantitativo diminuiu como dados, mas não como violência, que deve estar ocorrendo de forma velada.

Além da queda nos números notificados, ocorreram mudanças nos acompanhamentos realizados pelo Creas, uma vez que os grupos de atendimento familiar foram suspensos, e os atendimentos individuais passaram a ser realizados de forma remota. A falta do contato interpessoal gerou dificuldade na identificação de sinais e de aproximação entre a vítima e o profissional.

É possível concluir que 2020 foi um ano atípico, tanto na atuação dos serviços de proteção para acompanhamento de vítimas, quanto na identificação de

³⁹ Entrevista concedida por Marcos Akira Mizusaki, atual promotor de Justiça da Infância e Juventude de Presidente Prudente, Presidente Prudente, 2021.

⁴⁰ Entrevista concedida por Paloma Leonel, atual conselheira e ex-coordenadora do Conselho Tutelar de Presidente Prudente, no período de julho de 2020 a junho de 2021, Presidente Prudente, 2021.

⁴¹ Entrevista concedida por Elaine Dias Spiguel, coordenadora da Unidade 1 do Centro de Referência de Presidente Prudente, Presidente Prudente, 2021.

⁴² *Idem*

casos, uma vez que no contexto intrafamiliar, as vítimas podem ter convivido com o abusador sem uma rede de apoio para atuar no reconhecimento dos sinais apresentados pela criança ou adolescente.

4.5 Conclusões após a publicação

Com a publicação, divulgação e análise dos resultados qualitativos e quantitativos, o grupo chegou a algumas considerações. A primeira conclusão é a de que a maioria do público atual acessa os conteúdos pelo celular. Portanto, é preciso que o jornalismo se preocupe cada vez mais com responsividade dos conteúdos publicados. Dito isso, considera-se que a responsividade da reportagem foi satisfatória.

Um outro ponto que a análise dos resultados permitiu, foi observar que os vídeos mais curtos tiveram uma retenção maior de audiência, entretanto, foi notado que, em média, os espectadores não chegaram até o final, mesmo nos audiovisuais com alguns segundos. Outra constatação é de que os vídeos com mais de um minuto não retiveram o público nem pela metade do tempo total. Isso demonstra a importância de trazer parte dos conteúdos abordados nas mídias para o texto, para que, dessa forma, mesmo que o leitor não consuma a totalidade do material, não perca o contexto da reportagem.

Quanto à discussão acerca do jornalismo, o grupo entendeu que o formato multimídia possibilitou que os relatos das vítimas fizessem parte do conteúdo, mantendo suas identidades preservadas. Ademais, o uso de diferentes mídias diversifica as possibilidades de compreensão dos fatos, simplificando seu entendimento.

Tendo em vista as respostas do questionário, o grupo também pôde inferir que a humanização é uma boa estratégia para a construção textual, já que a seção que mais surpreendeu os leitores foi Histórias.

Por fim, chegou-se à conclusão de que existe público disponível para consumir grandes reportagens compostas de conteúdos densos, prova disso é que a reportagem INFÂNCIA ROUBADA tem um tempo médio de acesso que passa de 6 minutos. O grupo encontra-se satisfeito com os resultados obtidos, principalmente, tendo em vista a temática delicada e o tempo de análise.

4.6 Considerações finais

Após a análise dos dados e entrevistas com especialistas, foi possível observar que o fluxo de denúncias não é padronizado entre os órgãos responsáveis, o que gera desencontro nas informações. Com isso, entende-se que a cidade de Presidente Prudente, apesar dos esforços, precisa avançar ainda mais com relação à prevenção e acompanhamento de casos de violência sexual infantil.

É importante ressaltar ainda que a responsabilidade com a criança não compete somente à rede de proteção, mas que necessita ser efetivamente um dever de toda a sociedade. É preciso que famílias, entidades assistenciais, escolas e todos que têm contato com os menores estejam atentos.

Por fim, os pesquisadores gostariam de agradecer a confiança e coragem das mulheres que concordaram em compartilhar suas histórias e que, conseqüentemente, enriqueceram o presente trabalho.

REFERÊNCIAS

BACCIN, Alciane. A narrativa longform em reportagens hipermídia. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v.14, n.1, p. 89-98, jun. 2017.

Disponível

em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2017v14n1p89/35056>. Acesso em: 25 fev. 2021 DOI: <http://dx.doi.org/10.5007/1984-6924.2017v14n1p89>.

BRASIL. Código Civil. **Lei n.º 8069, 1 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 20 fev. 2021.

BRASIL. Constituição (2015). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

CANAVILHAS, João. **Hipertexto e recepção de notícias online**. Biblioteca Online de ciências da comunicação. Universidade da Beira Interior, 2008. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/canavilhas-joao-hipertexto-e-recepcao-noticias-online.pdf> Acesso em: 06 abr. 2021.

CATARINO, Elisângela Maura; ALMEIDA, Mayara Plácido. A Importância do professor da educação infantil no combate a violência sexual infantil *In*: II COLÓQUIO ESTADUAL DE PESQUISA MULTIDISCIPLINAR, 13., 2017, Mineiros. **Anais eletrônicos** [...]. Mineiros: Centro Universitário de Mineiros - Unifimes, 2017. Disponível em: <http://publicacoes.unifimes.edu.br/index.php/coloquio/article/view/344>. Acesso em: 20 fev. 2021.

COGO, Karine Suély *et al.* Consequências Psicológicas do abuso sexual infantil. **Unoesc & Ciência – ACHS**, v. 2, n. 2, p. 130-139, jan. 2012. Disponível em: <https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/achs/article/view/667>. Acesso em: 20 fev. 2021.

CONCEIÇÃO, Maria Inês Gandolfo. *et al.* Abuso sexual infantil masculino: sintomas, notificação e denúncia no restabelecimento da proteção. **Psic. Clin.**, Rio de Janeiro, vol. 32, n. 1, p. 101 — 121, jan-abr/2020. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0103-56652020000100006. Acesso em: 20 fev. 2021.

DUARTE, Jorge. Entrevista em profundidade. *In*: DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio (orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo. ATLAS, 2005, p. 62-75.

FISCHER, Mary Clare. Longform: means more than just a lot of words. **American Journalism Review**, Maryland, 17 dez. 2013. Disponível em: <https://ajr.org/2013/12/17/longform-means-just-lot-words/>. Acesso em: 20 mar. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. **Uso de internet, televisão e celular no Brasil. 2021**. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/20787-uso-de-internet-televisao-e-celular-no-brasil.html>. Acesso em: 24 abr. 2021.

ITO, Liliane. **A (R)EVOLUÇÃO DA REPORTAGEM. Estudo do ciclo da**

reportagem hiperfídia: da produção às respostas sociais. Bauru, SP. 2018. Disponível em: <http://www.riaeditorial.com/index.php/a-revolucao-da-reportagem-estudo-do-ciclo-da-reportagem-hiperfidia-da-producao-as-respostas-sociais/>. Acesso em: 20 fev. 2021.

LARRONDO URETA, Ainara. *La metamorfosis del reportaje en el ciberperiodismo: concepto y caracterización de un nuevo modelo narrativo*. **Comunicación y sociedad**. Navarra- ES, v.22, n. 2, dez. 2009. Disponível em: <https://revistas.unav.edu/index.php/communication-and-society/article/view/36258/30719>. Acesso em: 05 abr. 2021.

LENZI, Alexandre. A Grande Reportagem Multimídia como Expressão Plena do Jornalismo On-Line: dos Sucessos Pioneiros aos Produtos Nativos Digitais. *In*: HENRIQUES, Fernanda; CALVO, Pablo; ITO, Liliane de Lucena; LONGHI, Raquel; OGANDO, Luis Antonio; MARTINEZ, Marcelo. **Gênero, notícia e transformação social**. Aveiro: Rio Editorial, 2019. p. 279- 299.

LONGHI, Raquel. Os nomes das coisas: em busca do especial multimídia. **Estudosem comunicação**, Universidade da Beira Interior, v.2, n. 7, p. 149-162, mai. 2010. Disponível em: <http://www.ec.ubi.pt/ec/07/vol2/longhi.pdf> . Acesso em: 24 fev. 2021.

LONGHI, Raquel. O *turning point* da grande reportagem multimídia. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, v.21, n.3, p. 897-917, fev. 2015. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/1866/0/12569> Acesso em: 22 fev. 2021.

LONGHI, Raquel; WINQUES, Kérley. O lugar do *longform* no jornalismo online. Qualidade versus quantidade e algumas considerações sobre o consumo. **Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo**. 2015. Disponível em: <https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/693>. Acesso em: 20 fev. 2021.

MARAFIGA, Caroline e FALCKE, Denise. Perfil sociodemográfico, judicial e experiências na família de origem de homens que cumprem pena por estupro de vulnerável. Julho-dezembro 2020, **Aletheia** v.53, n.2, p.90-105. Disponível em: <http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/aletheia/article/view/6279/3933> Acesso em: 22 fev. 2021.

MINISTÉRIO divulga dados de violência sexual contra crianças e adolescentes. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/maio/ministerio-divulga-dados-de-violencia-sexual-contra-criancas-e-adolescentes>. Acesso em: 30 mar. 2021.

MORESCHI, Márcia Teresinha. **Violência contra crianças e adolescentes:** análise de cenário e propostas de políticas públicas. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/crianca-e-adolescente/violencia-contra-criancas-e-adolescentes-analise-de-cenarios-e-propostas-de-politicas-publicas-2.pdf> . Acesso em: 23 mar. 2021.

PERUZZO, Cicilia. Observação participante e pesquisa-ação. *In*: DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio (orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo. ATLAS, 2005, p. 125- 144.

PRATA, Sandra; TAVARES, Janaína; Prudente contabiliza 77 casos de abuso sexual. **O Imparcial**, Presidente Prudente, 18 maio 2018. Disponível em: <https://www.imparcial.com.br/noticias/prudente-contabiliza-77-casos-de-abuso-sexual,20347#> . Acesso em: 14 set. 2020.

RÍGOLO, Juliane; BIASSOTI, Larissa; DIAMANTE, Lucas; ABUJAMRA, Marcelo. **Webjornalismo**: reflexão sobre as mudanças das revistas digitais. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Jornalismo)- Faculdade de Comunicação Social “Jornalista Roberto Marinho” de Presidente Prudente, Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente, 2019. Disponível em: <http://facopp.unoeste.br/facopp/webjornalismo-reflexao-sobre-as-mudancas-das-revistas-digitais/>. Acesso em: 20 abr. 2021.

ROSENSTOCK, Stephanie; COB GUILLEN, Esteban. Abuso sexual en el paciente pediátrico. **Med. leg. Costa Rica**, Heredia, v. 36, n. 1, p. 54-61, Mar. 2019. Disponível em: https://www.scielo.sa.cr/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1409-00152019000100054&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 15 mar. 2021.

ROST, Alejandro. Interatividade: Definições, estudos e tendências. *In*: CANAVILHAS, João (org.). **Webjornalismo**: 7 características que marcam a diferença. Covilhã, Livros Labcom, 2014. p. 53- 88. Disponível em: http://labcom.ubi.pt/ficheiros/20141204-201404_webjornalismo_jcanavilhas.pdf. Acesso em: 06 abr. 2021.

SALAVERRÍA, Ramón. Multimedialidade: informar os cinco sentidos. *In*: CANAVILHAS, João (org.). **Webjornalismo**: 7 características que marcam a diferença. Covilhã, Livros Labcom, 2014. p. 25- 52. Disponível em: http://labcom.ubi.pt/ficheiros/20141204-201404_webjornalismo_jcanavilhas.pdf. Acesso em: 05 abr. 2021.

SOUZA, Rogério Martins. Jornalismo e tecnologia: a reportagem multimídia no site *Intercept* Brasil. *In*: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 43, 2020, Salvador. **Anais do 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação- GPConteúdos Digitais e Convergências Tecnológicas**. São Paulo, Intercom, 2020. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2020/resumos/R15-2789-1.pdf> . Acesso em: 24 fev. 2021.

TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n.3, p. 445-466, dez. 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022005000300009&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 20 abr. 2021.

VIOLÊNCIA sexual contra crianças é crime e deixa traumas para toda a vida. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de->

[imprensa/violencia-sexual-contra-criancas-e-crime-e-deixa-traumas-para-toda-a-vida](#). Acesso em: 20 fev. 2021.

XIMENES, Roberta Rossi Lage (org.). **Classificação indicativa**: informação e liberdade de escolha. Brasília: Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Justiça, 2009. Disponível em: https://www.justica.gov.br/seus-direitos/classificacao/cartilh_informacaoliberaldadeescolha.pdf. Acesso em: 27 maio 2021.

WINQUES, Kérley. “**Tem que ler até o fim?**” O consumo da grande reportagem multimídia pelas gerações X, Y e Z nas multitelas. Dissertação (Mestrado em Jornalismo)- Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/169201/342308.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 26 fev. 2021.

APÊNDICES

APÊNDICE A
PROJETO EDITORIAL

1 INTRODUÇÃO

De forma geral, crianças deveriam se sentir seguras próximas de suas famílias e em suas casas, mas essa não é a realidade de muitas delas. No Brasil, mais de 20 mil crianças já sofreram violência sexual, e a maioria dos agressores residem na mesma casa das vítimas.

Tendo como objeto a situação do abuso sexual infantil, a reportagem multimídia desenvolvida por meio do presente projeto editorial irá tratar sobre a realidade no município de Presidente Prudente (SP). A equipe envolvida é composta pelos alunos Bruna Evelyn Pereira, Heloísa Schirmer Lupatini, Jady Eduarda Alves, Mayson Martins Ribeiro e Milene Gimenez dos Anjos.

A reportagem intitulada INFÂNCIA ROUBADA irá trazer dados e informações sobre o cenário na cidade de Presidente Prudente. Os números levantados pelos alunos junto aos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (Creas), Conselho Tutelar e Polícia Civil trazem questionamentos acerca do processo de denúncia e sobre a assistência prestada às vítimas no município. Para mais, o material irá trazer relatos de vítimas do abuso na infância, suas consequências na vida adulta e informações sobre como identificar e agir frente um possível caso.

O produto final será veiculado no site da Prisma, uma plataforma ligada à Escola de Comunicação e Estratégias Digitais da Universidade do Oeste Paulista (Unoeste). Fruto de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do ano de 2012 e reformulada em 2019, a plataforma propõe um jornalismo em profundidade, interpretativo, multimidiático e que acompanhe as características da 4ª Revolução Industrial.

A Prisma, além de possibilitar os tradicionais formatos midiáticos, permite a utilização de novas tecnologias interativas e imersivas. Ademais, com a mudança promovida, o ambiente foi atualizado e agora possui melhor usabilidade e responsividade.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

- Discutir o cenário da violência sexual infantil na cidade de Presidente Prudente.

2.2 Objetivos específicos

- Levantar os números desse tipo de violência no município;
- Investigar os impactos gerados pela violência sexual infantil na vida adulta das vítimas;
- Instruir sobre a identificação de possíveis casos e os procedimentos adequados de denúncia;
- Promover o debate público acerca das políticas governamentais de prevenção e assistências às vítimas da cidade;
- Colocar em prática os conhecimentos de diferentes linguagens midiáticas adquiridos ao longo da graduação.

3 JUSTIFICATIVA

No estado de São Paulo, de acordo com dados obtidos pelo grupo por meio do Serviço de Informações ao Cidadão, a Polícia Civil registrou 8.866 boletins de ocorrência no ano de 2019. Já em 2020 foram lavrados 8.024 boletins.

Conforme os dados enviados pelo Conselho Tutelar de Presidente Prudente, durante o ano de 2019 foram registrados 67 casos na cidade. Já em 2020, ano que teve início a pandemia, o município registrou 52 casos. De acordo com a conselheira Paloma Leonel, parte da queda está relacionada com o fechamento das escolas, já que eram responsáveis por uma parte significativa das denúncias. A conselheira acrescenta que outro fator para a diminuição do número é a falta de equipes nos Centros de Referência em Assistência Social (Cras), que ajudam a fiscalizar os bairros.

Com base nos dados encontrados sobre a violência sexual infantil, tanto nacional quanto municipal, e diante das poucas matérias aprofundadas na cidade de Presidente Prudente, o grupo optou por construir uma reportagem multimídia que será inserida na Prisma, plataforma integrada à Unoeste, com o intuito de disseminar o material coletado pelos discentes sobre o tema proposto. Além de ser algo viável para o grupo, ao ser publicada, a reportagem consistirá em um arquivo que não se perderá com o tempo, já que a plataforma é financiada pela universidade, garantindo que o conteúdo produzido fique armazenado por tempo indeterminado e possa informar e auxiliar futuras pessoas ou pesquisas.

A Prisma, que se encontra ativa desde o ano de 2013, foi reformulada em 2019 por meio de um Trabalho de Conclusão de Curso. A plataforma conta com detalhamento e contextualização, no qual foram inseridos demais recursos que conferem à publicação interatividade e modificação de acordo com a necessidade dos produtores de conteúdo e com os meios tecnológicos de transição que serão inseridos na reportagem. A reportagem multimídia incorporada à Prisma apresentará as características do formato como imersão, responsividade, hipertextualidade, hipermedialidade, multimídia e interatividade.

4 PÚBLICO-ALVO

O público-alvo da reportagem multimídia são pessoas a partir de 18 anos, tendo em vista que se trata de um assunto delicado que é também um crime. Cabe citar que, conforme o Ministério da Justiça e Segurança (XIMENES, 2009), a classificação indicativa de conteúdos violentos ou de tortura é designada aos maiores de idade.

No mesmo documento, consta que a classificação é um conjunto de informações direcionadas às famílias para que orientem adequadamente os conteúdos que seus filhos irão assistir. Logo, sabendo da relevância de informar sobre o cenário da violência sexual infantil, “a classificação não substitui a decisão da família quanto ao acesso a entretenimento, informação ou cultura”. (XIMENES, 2009, p. 13)

Ademais, considerando o formato escolhido e que haverá classificação na reportagem, é necessário ainda que o público tenha acesso à internet. É preferível também que o público tenha interesse em informações relacionadas ao município de Presidente Prudente (SP). O trabalho busca atingir indivíduos de ambos os sexos, classes sociais e níveis de escolaridade, com interesse na temática.

Essas características foram definidas pelos autores, pois entende-se que a partir da idade determinada, a pessoa possui maturidade e senso crítico para compreender uma questão delicada como o abuso sexual na infância.

Já sobre os públicos estabelecidos, considerou-se a relação que as pessoas podem ter com as vítimas do problema. Além da possibilidade de também terem sido violentadas ou então precisarem de informações confiáveis sobre a temática. É importante pontuar que algumas questões como a classe social e o nível de escolaridade, por exemplo, não foram determinadas de forma específica, pois esse tipo de violação está presente em todas as camadas da sociedade.

Com relação à localidade, o critério de escolha foi o levantamento de dados que o produto irá apresentar, já que os números detalhados e analisados são de casos ocorridos no município de Presidente Prudente (SP).

5 CONTEÚDO

A reportagem multimídia INFÂNCIA ROUBADA terá seis capítulos divididos dentro de uma única página, o que possibilita o leitor fazer a leitura vertical proposta pelo *longform*. No começo, existe um *menu* que contém as subdivisões que permite o leitor se direcionar para o capítulo desejado, mas ele também tem a possibilidade de navegar pelo conteúdo por meio da barra de rolagem.

As divisões serão nas seguintes temáticas: VIOLÊNCIA SEXUAL; PRESIDENTE PRUDENTE; SINAIS; DENÚNCIA; ASSISTÊNCIA E HISTÓRIAS. No capítulo intitulado VIOLÊNCIA SEXUAL, os principais assuntos que serão tratados referem-se às questões legais. No primeiro momento, o grupo irá explicar o que é considerado abuso sexual infantil e questões relacionadas diretamente às leis de proteção à criança. É na primeira parte também que serão apresentadas as vítimas, por meio de texto, e seus relatos. Nessa parte, há *players* de áudios com o depoimento de uma das vítimas, e acima dele, um aviso de conteúdo sensível será inserido.

Já a segunda seção tratará a situação no município de Presidente Prudente. Nela, o leitor encontrará os dados levantados pelo grupo, apresentados com infográficos interativos, e o posicionamento das autoridades responsáveis, como da coordenadora do Conselho Tutelar Mônica Alessi, além da conselheira Paloma Leonel, da coordenadora do Creas Elaine Cristina Dias Spiguel, da delegada Denise Simonato e do promotor da infância e juventude Marcos Akira. O representante do Ministério Público estará na reportagem por meio de um vídeo.

É na terceira parte, chamada de SINAIS, que serão apresentados os indicativos de violência sexual em crianças. Os indícios serão dispostos em textos. Além da teoria, serão acrescentados vídeos e áudios com vivências das vítimas que sofreram abusos. Nessa parte também teremos o papel da escola na identificação desses sinais e uma carta escrita por uma criança onde foi possível identificar uma situação de violência. Também será falado sobre a aplicação da Lei da Esculta Especializa e por fim um vídeo da delegada com orientações para os pais.

A parte intitulada DENÚNCIA explicará quais os canais e como funciona o processo de denúncia e investigação do crime. Também falará sobre o Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes e sobre o disque 100, canal exclusivo para comunicação das suspeitas. Um detalhe

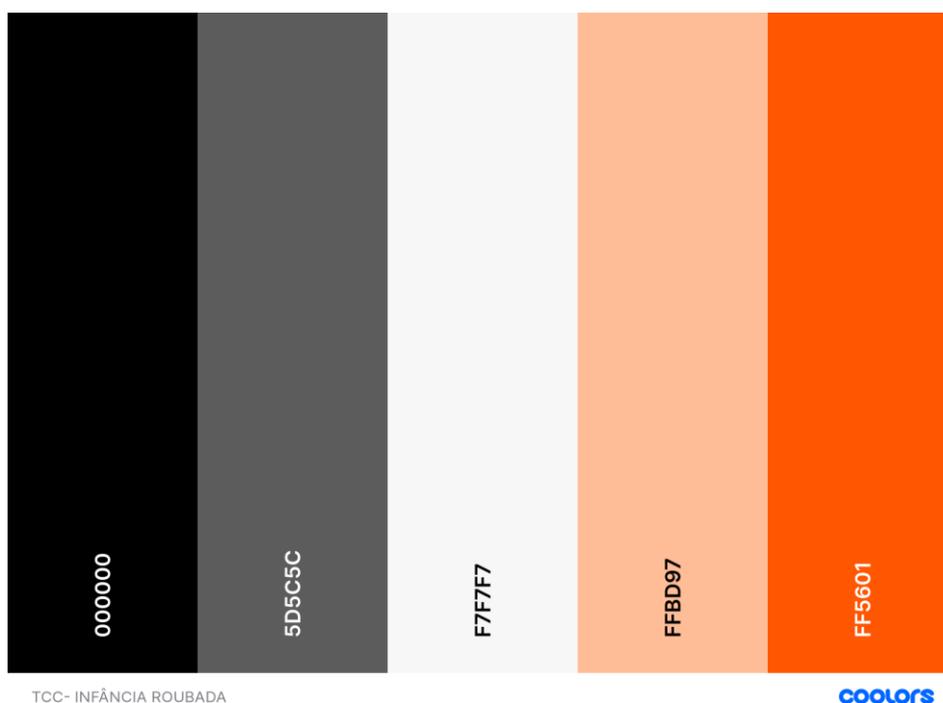
incorporado à página é que, ao clicar no número 100, torna-se possível realizar uma ligação para o canal. Ainda na quarta seção, serão relatados os motivos que levaram as vítimas a não prestarem queixas formais e também sobre como foi contar ou esconder o que vivenciaram.

A penúltima divisão trará informações sobre como Presidente Prudente lida e presta assistência às crianças que passaram pelo trauma. Nessa parte, existirá um vídeo com o promotor Marcos Akira, e o posicionamento dos demais órgãos para explicarem como funciona e o que pensam sobre a assistência às vítimas no município.

Por fim, haverá uma parte chamada HISTÓRIAS. O grupo irá trazer um intertítulo para cada vítima contando suas histórias de vida, com *players* de vídeo e áudio. É importante ressaltar que o anonimato das vítimas será mantido ao longo de toda a reportagem, que também respeitará o desejo individual em relação ao uso dos vídeos e gravações.

6 PROJETO GRÁFICO

A paleta de cores escolhida pelo grupo contém preto (#000000), cinza escuro (#5D5C5C), *off white* (#F7F7F7) e dois tons de laranja, um mais claro (#FFBD97) e um mais escuro (#FF5601). O cinza e preto foram escolhidos a fim de trazer um ar dramático para a reportagem. O *off white* é utilizado com intuito de quebrar as outras cores e permitir conforto visual aos leitores. Já os tons de laranja serão utilizados, pois a cor representa a campanha de combate ao abuso sexual infantil, que ocorre no mês de maio.



Fonte: Paleta de cores elaborada pelos autores no site Coolors (<https://coolors.co/>).

6.1 Título

A escolha do título se deu após um *brainstorming*. Depois das primeiras entrevistas, o grupo selecionou algumas palavras que faziam referência à situação vivida e às crianças. Em seguida, as palavras foram agrupadas para ver quais funcionavam melhor em conjunto, e, dessa forma, chegou-se ao nome INFÂNCIA ROUBADA.

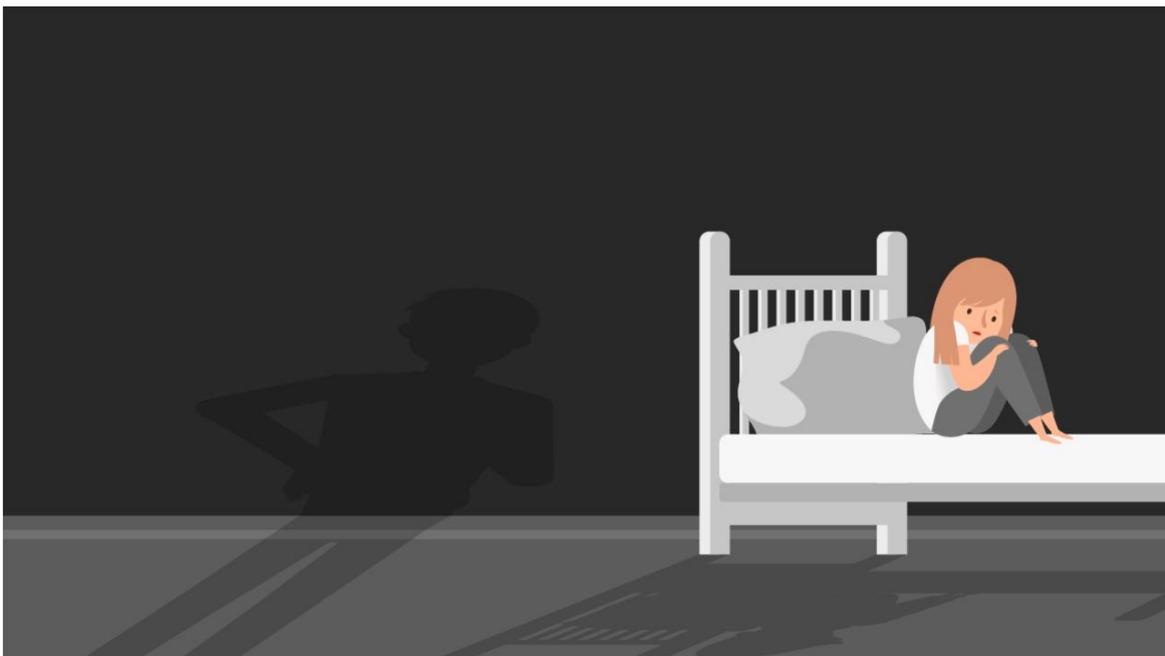
INFÂNCIA ROUBADA

Nota: Ilustrações produzidas por Greysson Suzuki (2021).

Ao pesquisar sobre o título na internet foram encontradas outras obras com o mesmo nome. Porém, os trabalhos possuem outros formatos, sendo eles de livro, artigo ou vídeo, alguns apresentaram até um viés diferente. Não foi encontrado nenhum tipo de reportagem multimídia que abordasse o título escolhido.

6.2 Ilustrações

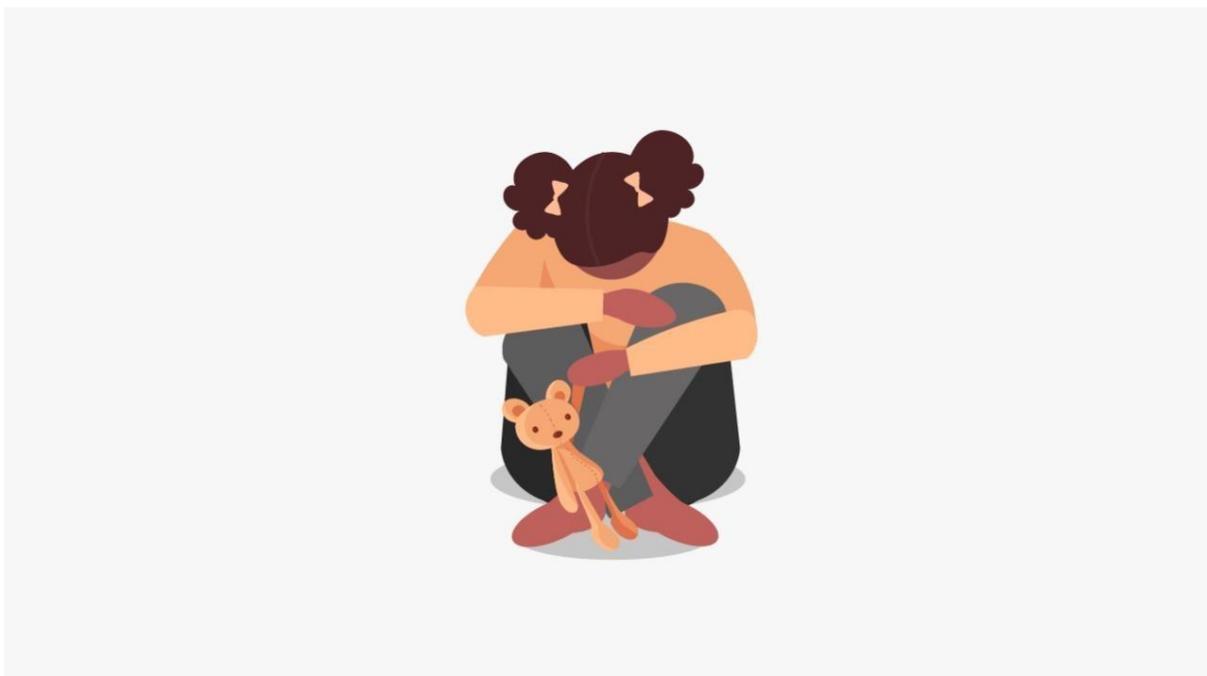
As ilustrações feitas por Greysson Suzuki serão usadas ao lado dos textos e de outros elementos da reportagem. Foram pensadas para retratar as situações passadas por crianças que sofrem abusos.



Nota: Ilustrações produzidas por Greysson Suzuki (2021).



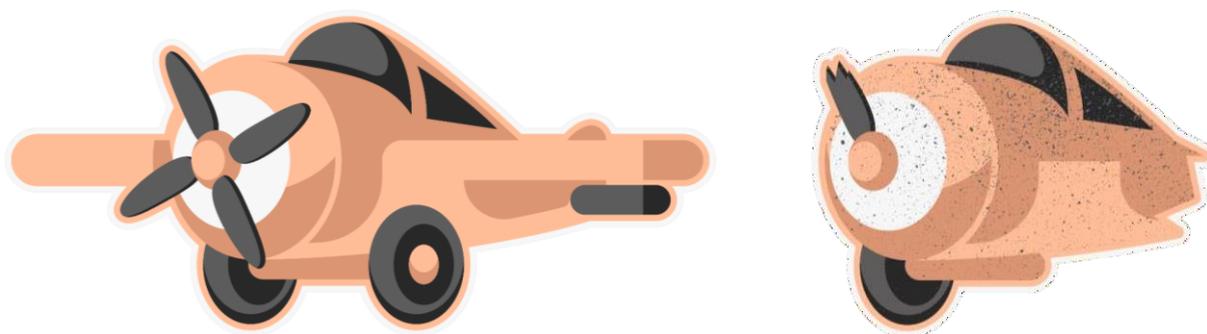
Nota: Ilustrações produzidas por Greysson Suzuki (2021).



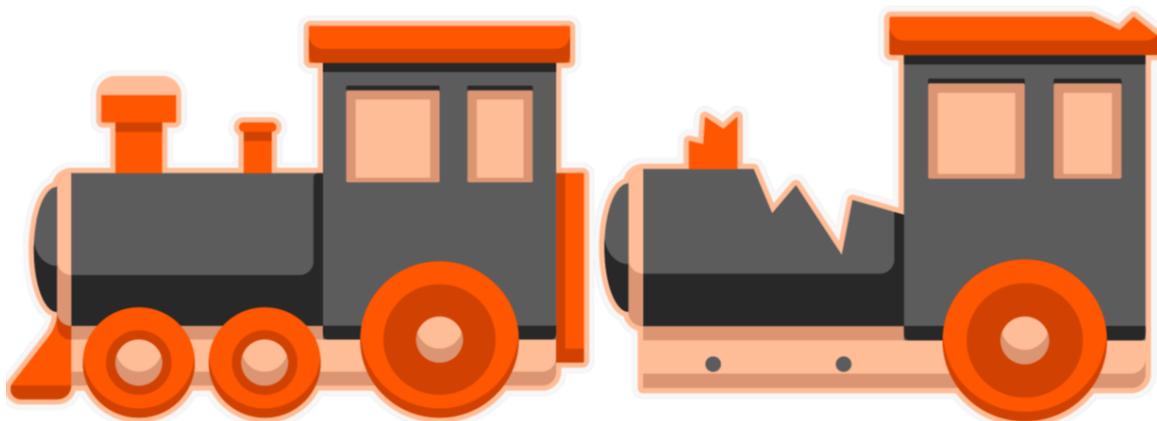
Nota: Ilustrações produzidas por Greysson Suzuki (2021).

6.3 Gif

Os gifs executados por Greysson Suzuki serão incorporados à reportagem para fazer a divisão de algumas sessões e ao lado de outros elementos. Eles são desenhos de brinquedos que começam inteiros e terminam quebrados, assim representam a infância das crianças que passam por situações de abuso sexual.



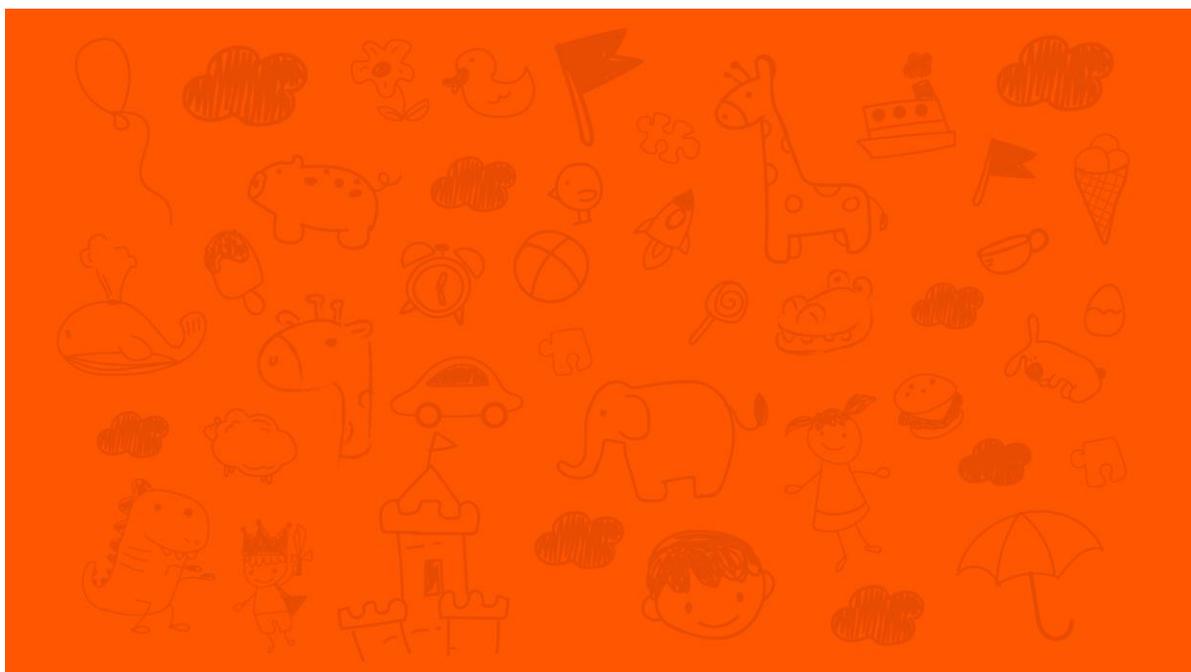
Nota: Gif produzido por Greysson Suzuki (2021)



Nota: Gif produzido por Greysson Suzuki (2021).

6.4 Base de Vídeo

A base do vídeo foi feita na cor laranja para trazer destaque. No elemento, foram desenhadas ilustrações de brinquedos e outras referências a crianças.



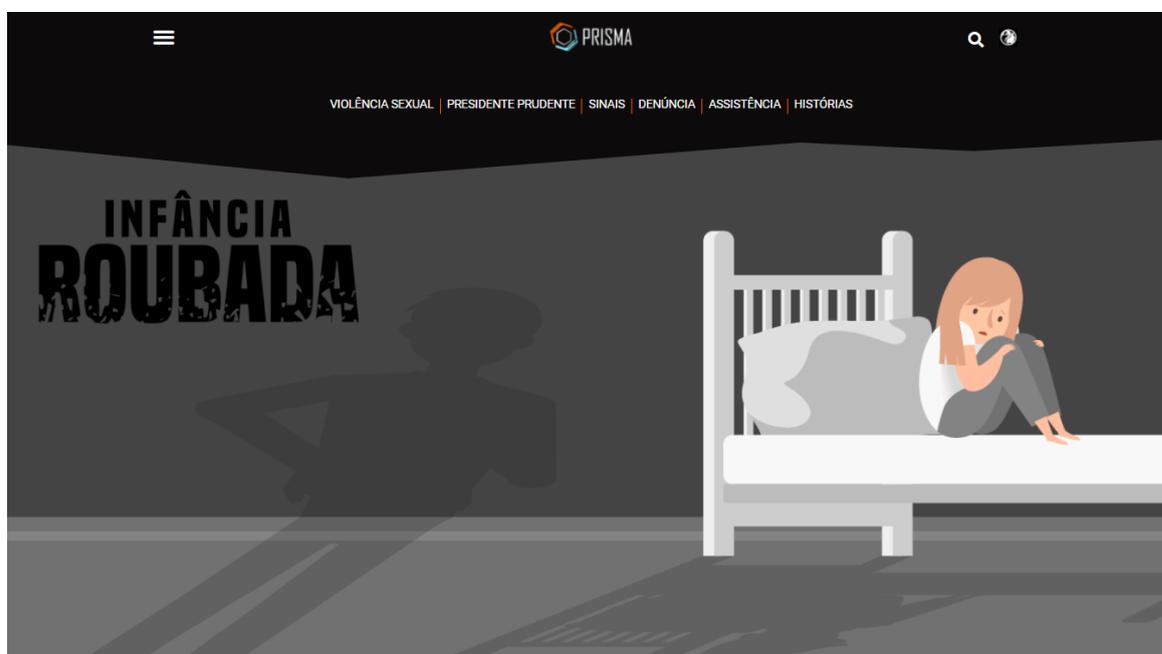
Nota: ilustrações produzidas por Greysson Suzuki (2021).

6.5 Tarja



Nota: ilustrações produzidas por Greysson Suzuki (2021).

6.6 *Layout* previsto





VIOLÊNCIA SEXUAL

A cada 15 minutos, uma criança ou adolescente é vítima de violência sexual no Brasil. Na contramão dos fatos, falar sobre o assunto ainda é um tabu, o que gera medo, silêncio e impunidade. Diante desse cenário, é papel do jornalismo levantar a discussão acerca do abuso sexual infantil, informando a sociedade sobre uma realidade que é recorrente no país.

Essa reportagem reúne depoimentos de vítimas, sinais da violência, consequências e os meios de denúncia e proteção assegurados às crianças e adolescentes, além do número de casos em Presidente Prudente nos últimos cinco anos.

Para conceituar a violência sexual contra a criança e adolescente, a delegada responsável pela Delegacia de Defesa da Mulher (DDM) de Presidente Prudente, Denise Simonato, em conformidade com o [artigo 217-A do Código Penal](#), afirma que é considerado crime "Qualquer ato que atinja o seu ou corpo [da criança] de uma forma sexualizada, visando à satisfação da lascívia, o prazer sexual de qualquer modo, qualquer toque lascivo, seja na sua região íntima ou boca. Qualquer ato que visa à satisfação sexual de uma terceira pessoa pode ser considerado um abuso sexual contra a criança e adolescente".

A violência sexual infantil ocorre, geralmente, em menores com idade entre seis e 12 anos, não só quando o agressor é um estranho ou conhecido da família, caracterizado como extrafamiliar, mas, na maioria das vezes, quando possui parentesco e até mesmo laço sanguíneo com a vítima, ou seja, intrafamiliar.

Quem deveria garantir a proteção, na maioria das vezes é o causador dos danos e pesadelos na vítima que não tem

poder de defesa, voz de denúncia e encontra-se vulnerável.

Órgãos de proteção

Para atuar em casos relacionados ao abuso sexual infantil, existe uma rede de apoio e acompanhamento das vítimas, que presta assistência social, educacional, jurídica e psicológica. Dois órgãos que compõem essa rede são o Conselho Tutelar e o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas).

O Conselho Tutelar é uma das portas de entrada de denúncias de violência contra menores no município. A partir do atendimento, aplica medidas de proteção à vítima. "Assim que o caso chega ao Conselho Tutelar, a gente notifica a família, o núcleo familiar. A gente tenta não conversar tanto com a criança para não/ revitimizar, então tentamos manter sempre o fluxo. Quando a família chega aqui, nós conversamos. Após essa abordagem, a gente encaminha para o serviço Creas", relata Paloma Leonel, uma das conselheiras de Presidente Prudente e ex-coordenadora do Conselho Tutelar no período de julho de 2020 a junho de 2021. Somente os casos caracterizados com intrafamiliar são direcionados ao Creas.

Já os abusos extrafamiliares são encaminhados para a Saúde Mental. O programa teve início no município no ano de 2005, porém, em períodos anteriores, os casos eram dirigidos ao Ambulatório de Atendimento de Vítimas de Exploração e Abuso Sexual (Aaveas). Entretanto, o serviço foi encerrado e o atendimento passou a ser descentralizado para as Unidades Básicas Saúde (UBS), em territórios que comportam equipes de assistência e saúde mental, com intuito de facilitar o acesso das vítimas.

De acordo com a supervisora do órgão, Carolina de Farias, a Saúde Mental é responsável pelo acompanhamento psicoterápico direcionado pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Além dos casos extrafamiliares, o serviço também pode atender vítimas de violência intrafamiliar, caso o Creas avalie ser necessário.

Abuso sexual

O abuso sexual infantil é definido como uma ação que utiliza a criança ou adolescente para fins sexuais, seja de modo presencial ou virtual, e é caracterizado em uma relação baseada na posse de poder, em que o adulto consegue dominar a criança ou adolescente para que, dessa maneira, valde suas vontades e viole os direitos do menor, de forma que o transforme em instrumento de prazer e alívio sexual.

Elaine Spiguel explica que: "O abuso sexual pode se dar ou não por contato físico, e não necessariamente precisa ter a penetração. Os atos libidinosos se caracterizam como uma violação sexual". A violência nem sempre é cometida por adultos, mas também por menores que, por diferença de idade, possuem uma maior autoridade e força física sobre a vítima.

Há diversos fatores que influenciam no crescimento e intensificação desse tipo de violência, entre eles a diferença de idade, deficiência, vulnerabilidade social, ausência e carência na estrutura familiar. Além de inúmeras condições que levam à fragilidade do menor, que não tem poder de defesa, muitas vezes a vítima também tem medo do agressor.

Amélia, vítima de violência, foi abusada inúmeras vezes na infância em troca de dinheiro, por homens que se aproveitaram de sua vulnerabilidade física e social. "Eu sou de uma família muito humilde, que não tinha dinheiro pra comprar uma bola e nisso, tinha homens que se aproveitavam. Eles davam dinheiro para poder passar a mão na gente. A gente era criança, criança mesmo, criança que assim, eu não consigo nem te falar a idade", conta Amélia.

Além de infringir os direitos do corpo da vítima, a violência sexual deixa sequelas, tanto físicas quanto psicológicas, que podem causar futuros danos e bloqueios emocionais na vida adulta, de diferentes formas e intensidades, independente do gênero da criança ou adolescente.

Como possíveis consequências dos abusos estão a contaminação de Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), gravidez precoce, envolvimento com drogas ilícitas, risco de suicídio, abortos naturais ou estimulados e prostituição, ou seja, situações que requerem acompanhamento e tratamento profissional.

O promotor, Marcos Akira, constata que o dano emocional causado a essa criança é muito grande e que é necessária uma gama de pessoas envolvidas para tentar proteger o menor. "Desde médico, psicólogo, psiquiatra, nós chamamos de rede, para avaliar melhor e sempre aplicar medidas até ela ter alta. Às vezes isso leva anos, porque é de acordo com o dano emocional que ela teve. Infelizmente, às vezes, essa criança e adolescente leva o resto da vida. A gente tem que,

O Creas I de Presidente Prudente, coordenado por Elaine Spiguel, é uma unidade pública que presta serviço de proteção social em duas modalidades: proteção básica e proteção social especial. Compõe ainda a rede de atendimento o Creas II, que passou a atender casos de violência sexual infantil em 2020, e a divisão entre as unidades é feita de acordo com a região onde a família reside.

A Saúde Mental conta com sete equipes compostas por psicólogo, assistente social e psiquiatra, e uma que possui assistente social e psicólogo. Os times são divididos em sete unidades de atendimento e realizam acompanhamentos com as vítimas que pertencem aos territórios próximos às unidades.

Caso a equipe de atendimento avalie que a violência gerou consequências graves e persistentes, o paciente é encaminhado aos Centros de Atenção Psicossocial (Caps), órgão que, em Presidente Prudente, tem quatro unidades, sendo uma delas direcionada ao público infantil. Vale ressaltar que caso haja mais de uma vítima violentada na mesma família, elas devem ser atendidas por equipes de referência distintas, pois, conforme a ética da Psicologia, o profissional não pode atender mais de uma pessoa do mesmo núcleo familiar, no mesmo período.

Outro órgão especializado na garantia de proteção e acompanhamento das vítimas, é a Promotoria de Justiça da Infância e Juventude, que atualmente tem como promotor Marcos Akira. Ele afirma que, anteriormente, o foco estava mais na punição do autor, mas que hoje o enfoque é também no atendimento e proteção da vítima.

“Sendo criança ou adolescente, nós temos uma lei específica hoje em que o foco é a proteção. Antes não tinha essa visão, mas os próprios assistentes sociais, psicólogos, promotores e delegados perceberam que havia um foco somente em buscar uma punição para o autor, como se aquilo resolvesse, mas na verdade não resolve tudo, as sequelas do crime continuavam com a vítima”, comenta o magistrado.

Abuse os apresentamos as histórias. É importante ressaltar que os nomes, as vozes e a imagem das vítimas foram alteradas para que as identidades dessas pessoas sejam preservadas.

Amélia, vítima citada anteriormente, é natural de uma família humilde e conta os problemas vivenciados em decorrência dos inúmeros abusos que sofreu ainda criança. Sem estrutura familiar regular, foi morar com a mãe em busca de carinho e afeto. A vítima conta que seu mundo desabou no momento em que sua mãe ingressou em um novo casamento.

A mulher foi abusada diversas vezes pelo padrasto, que a agredia e a aliciava de todas as formas: “Eu comecei a trabalhar na roça, aí ele começou a me levar numa escolinha, é um lugar distante da cidade, e aí começou a passar a mão em mim”, explica.

Ela conta que não tinha proteção da mãe, que sabia dos abusos e sempre defendeu o abusador, além de ter assumido a culpa de uma das agressões físicas cometidas por ele.

“Eu apanhava praticamente todo dia. Tive uma vez que eu levei uma surra, de ficar toda marcada nas costas, aí eu fui para escola, eu fiz de propósito, fui para escola mostrando. A professora, na hora que viu, levou para a assistente social, aí minha mãe assumiu a culpa”, relata.

Além das situações de abuso sexual, a mulher também relembra a falta de carinho e atenção da mãe e o quanto foi maltratada e agredida durante a infância, quando era queimada com cigarros para acoriar na hora de trabalhar. “Ela dá mais valor para outras pessoas do que para mim, parece que eu não sou a filha dela. Eu sinto que a minha mãe tem ódio de mim, não sei o porquê”.

Dentre todos os episódios e conturbações vividas durante a infância, Amélia também conta que, no momento em que buscou refúgio nas casas de outros familiares e foi embora para outra cidade, sofreu novos episódios de abuso. Em uma dessas situações houve um estupro, no qual o agressor era seu tio, e que resultou em uma gravidez indesejada aos 15 anos de idade. “Ele me violentou e eu engravidei, aí eu perdi com cinco meses. Eu nunca mais consegui engravidar, nunca mais”.

Abusos como esses ocorrem em crianças de todas as idades, bem como aconteceu com Thaís, segunda entrevistada. Ela descreve que seu primeiro abuso ocorreu por volta dos quatro anos de idade, cometido por um adolescente de 15 anos. Esses momentos despertam nela lembranças obscuras, pois nesse período da infância, ela não tinha noção que era algo errado.

O abuso sexual infantil é definido como uma ação que utiliza a criança ou adolescente para fins sexuais, seja de modo presencial ou virtual, e é caracterizado em uma relação baseada na posse de poder, em que o adulto consegue dominar a criança ou adolescente para que, dessa maneira, valide suas vontades e viole os direitos do menor, de forma que o transforme em instrumento de prazer e alívio sexual.

Elaine Spiguel explica que: “O abuso sexual pode se dar ou não por contato físico, e não necessariamente precisa ter a penetração. Os atos libidinosos se caracterizam como uma violação sexual”. A violência nem sempre é cometida por adultos, mas também por menores que, por diferença de idade, possuem uma maior autoridade e força física sobre a vítima.

Há diversos fatores que influenciam no crescimento e intensificação desse tipo de violência, entre eles a diferença de idade, deficiência, vulnerabilidade social, ausência e carência na estrutura familiar. Além de inúmeras condições que levam à fragilidade do menor, que não tem poder de defesa, muitas vezes a vítima também tem medo do agressor.

Amélia, vítima de violência sexual, foi abusada inúmeras vezes na infância em troca de dinheiro, por homens que se aproveitaram de sua vulnerabilidade física e social. “Eu sou de uma família muito humilde, que não tinha dinheiro pra comprar uma bala e nisso, tinha homens que se aproveitavam. Eles davam dinheiro para poder passar a mão na gente. A gente era criança, criança mesmo, criança que assim, eu não consigo nem te falar a idade”, conta Amélia.

Além de infringir os direitos do corpo da vítima, a violência sexual deixa sequelas, tanto físicas quanto psicológicas, que podem causar futuros danos e bloqueios emocionais na vida adulta, de diferentes formas e intensidades, independente do gênero da criança ou adolescente.

Como possíveis consequências dos abusos estão a contaminação de Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), gravidez precoce, envolvimento com drogas ilícitas, risco de suicídio, abortos naturais ou estimulados e prostituição, ou seja, situações que requerem acompanhamento e tratamento profissional.

O promotor, Marcos Akira, constata que o dano emocional causado a essa criança é muito grande e que é necessária uma gama de pessoas envolvidas para tentar proteger o menor. “Desde médico, psicólogo, psiquiatra, nós chamamos de rede, para avaliar melhor e sempre aplicar medidas até ela ter alta. Às vezes isso leva anos, porque é de acordo com o dano emocional que ela teve. Infelizmente, às vezes, essa criança e adolescente leva o resto da vida. A gente tem que, pelo menos, amenizar esse dano”.

Legislação, procedimentos e proteção

Elaine explica que dentro da legislação existe a caracterização de estupro, que ocorre quando há uma coerção, na qual a pessoa é forçada a ter uma relação sexual ou atos libidinosos. Porém, qualquer ato sexual envolvendo um menor de 14 anos, mesmo que com consentimento, é considerado um crime contra a criança e o adolescente.

No caso de gravidez da vítima violentada, Akira relata que, “Quando decorrente de estupro, no caso o pai praticando relação sexual com a própria filha e ficando grávida, é recomendado que se faça um aborto, pela legislação, até porque existem grandes chances de nascer com certas deficiências, em razão da consanguinidade”. O promotor também afirma que o aborto é realizado em concordância com os familiares, que às vezes, por questões religiosas, decidem não realizar, decisão que é respeitada.

A partir da confirmação de abuso, a criança passa por um processo de acolhimento. Caso seja constatado que o abuso é intrafamiliar, no qual há envolvimento da família, sendo mãe, pai ou alguém do mesmo convívio de residência, a criança é afastada desse familiar e inicia-se uma busca por pessoas da família que possam cuidar da vítima durante o processo de apuração. Caso a criança não possua um familiar para este cuidado, ela é encaminhada ao acolhimento.

Caso não haja nenhum parente disponível, e diante da constatação da autoria do crime, o promotor entra com uma ação chamada de “ação de destituição do poder familiar”, que é responsável por retirar o poder dos pais sobre aquela criança

Vítimas

Antes de apresentarmos as histórias, é importante ressaltar que os nomes, as vozes e a imagem das vítimas foram alteradas para que as identidades dessas pessoas sejam preservadas.

Amélia, vítima citada anteriormente, é natural de uma família humilde e conta os problemas vivenciados em decorrência dos inúmeros abusos que sofreu ainda criança. Sem estrutura familiar regular, foi morar com a mãe em busca de carinho e afeto. A vítima conta que seu mundo desabou no momento em que sua mãe ingressou em um novo casamento.

A mulher foi abusada diversas vezes pelo padrasto, que a agredia e a aliciava de todas as formas: “Eu comecei a trabalhar na roça, aí ele começou a me levar numa escolinha, é um lugar distante da cidade, e ali começou a passar a mão em mim”, explica.

Ela conta que não tinha proteção da mãe, que sabia dos abusos e sempre defendeu o abusador, além de ter assumido a culpa de uma das agressões físicas cometidas por ele.

“Eu apanhava praticamente todo dia. Teve uma vez que eu levei uma surra, de ficar toda marcada nas costas, aí eu fui para escola, eu fiz de propósito, fui para escola mostrando. A professora, na hora que viu, levou para a assistente social, aí minha mãe assumiu a culpa”, relata.

Além das situações de abuso sexual, a mulher também lembra a falta de carinho e atenção da mãe e o quanto foi maltratada e agredida durante a infância, quando era queimada com cigarros para acordar na hora de trabalhar. “Ela dá mais valor para outras pessoas do que para mim, parece que eu não sou a filha dela. Eu sinto que a minha mãe tem ódio de mim, não sei o porquê”.

Dentre todos os episódios e conturbações vividas durante a infância, Amélia também conta que, no momento em que buscou refúgio nas casas de outros familiares e foi embora para outra cidade, sofreu novos episódios de abuso. Em uma dessas situações houve um estupro, no qual o agressor era seu tio, e que resultou em uma gravidez indesejada aos 15 anos de idade. “Ele me violentou e eu engravidei, aí eu perdi com cinco meses. Eu nunca mais consegui engravidar, nunca mais”.

Abusos como esses ocorrem em crianças de todas as idades, bem como aconteceu com Thais, segunda entrevistada. Ela descreve que seu primeiro abuso ocorreu por volta dos quatro anos de idade, cometido por um adolescente de 15 anos.

A jovem se recorda que o garoto falava para se encontrarem em um local escondido da casa, onde aconteceriam os abusos. Esses momentos despertam lembranças obscuras em Thais, já que naquela época, a menina não tinha consciência da gravidade do que ocorria.

Atenção! O áudio a seguir pode apresentar conteúdo sensível.



Um fato comum apontado pelas vítimas, é a falta de proteção e afeto que dizem sentir em relação aos pais e familiares. A vulnerabilidade da criança é uma das vantagens que o abusador tem sobre ela. Esse sentimento só foi reconhecido por Thais anos depois.

polícia militar, do hospital, escola ou qualquer lugar que tenha acesso a criança e adolescente...

Mônica ainda acrescenta que a denúncia é uma responsabilidade social, uma obrigação de qualquer cidadão, e que, quando identificada uma violação dos direitos dos menores, o primeiro passo é encaminhar ao Conselho.

O papel do Crea, que na cidade conta com duas unidades, é de atuar na proteção dos cidadãos nas áreas de vulnerabilidade e risco social. Porém, é importante ressaltar que, nos casos de abuso sexual infantil, são direcionados ao órgão apenas situações que ocorrem no contexto intrafamiliar.

De acordo com a responsável pelo Crea I, Elaine Spiguel, o Centro de Referência é um serviço que oferece proteções sociais em duas modalidades: a proteção social básica e a proteção social especial. “No primeiro caso [na proteção especial básica], não há violação dos direitos, trabalha-se a prevenção para que a família não chegue à situação de violência. Existe a vulnerabilidade, mas não chegou ainda em um ato intrafamiliar”.

Na modalidade de proteção social especial, o objetivo é atender vítimas que já sofreram alguma violação dos direitos. “Quando acontece a violência dentro da família, quem oferece o serviço é a proteção social especial, que tem como objetivo atender famílias e indivíduos que sofreram alguma violação dos seus direitos, tanto da negligência, violência física, psicológica, sexual ou trabalho infantil”, explica a coordenadora.

Ela ainda resalta que o atendimento prestado pelo Crea é uma medida de proteção aplicada pelo Conselho Tutelar. Porém, toda a rede pode encaminhar os casos para o serviço, mas quando isso ocorre, é de obrigação do órgão encaminhar fazer a comunicação ao Conselho, independentemente de ser uma confirmação ou suspeita.

A coordenadora do Crea I ainda diz que as duas unidades atuam a fim de garantir a assistência social, o acompanhamento psicossocial jurídico de pessoas que, por várias razões, tiveram seus direitos violados. Ela cita que o Conselho Tutelar solicita que as famílias compareçam ao Crea para realização dos acompanhamentos, e que se os responsáveis se negam a prosseguir com o atendimento, o serviço aciona o Conselho para que ele tome as medidas cabíveis. Elaine ainda comenta que, nesses cenários, os casos podem ser desvinculados do Crea, “a gente deixa o caso possivelmente desligado, porque a gente não consegue a intervenção e, se o Conselho esgotou as medidas dele, eles vão ter que encaminhar para o judiciário”.

Em situações como essa, em que é necessário acionar procedimentos judiciais para garantir a segurança da criança, o órgão que atua para resguardar os menores é a Promotoria de Justiça da Infância e Juventude, que em Presidente Prudente está sobre responsabilidade do promotor de justiça Marcos Akira.

O magistrado comenta que, mediante todo tipo de delito relacionado à violação dos direitos dos menores, o órgão possui duas responsabilidades. A primeira é buscar a punição do responsável. Enquanto a segunda é garantir a proteção da criança ou adolescente.

Um fato comum apontado pelas vítimas, é a falta de proteção e afeto que dizem sentir em relação aos pais e familiares. A vulnerabilidade da criança é uma das vantagens que o abusador tem sobre ela. Esse sentimento só foi reconhecido por Thais anos depois.

Atenção! O áudio a seguir pode apresentar conteúdo sensível.



É justamente nos momentos de vulnerabilidade e distração dos responsáveis que o agressor busca se aproveitar do menor, de forma discreta, para que ninguém perceba o que está acontecendo.

Luzia descobriu que seu marido abusou da filha dos seis aos nove anos, quando ela não estava em casa. A revelação foi feita pela própria vítima em 2020, quando a menina tinha 13 anos, após o rompimento do casamento. A mãe narra como foi descobrir o que acontecia. "Quando ela começou a pensar em me contar, ela ficou uma semana me rodeando, eu chegava do trabalho e ela dizia: 'mamãe, eu preciso contar uma coisa', mas ela queria que fosse um momento meu e dela".

Em agosto de 2020, ao ver a polêmica nas redes sociais e na imprensa [sobre a menina que havia engravidado aos dez anos de idade após ser abusada](#), a adolescente resolveu se abrir com a mãe e contar o pesadelo que viveu durante a infância. "Na hora eu fiquei sem chão, estagnada e eu disse pra ela: 'não, eu preciso saber mais' e, neste momento, várias questões permearam a minha cabeça".

Luzia relata o quão constrangedor foi o momento em que realizaram o exame de corpo de delito, a fim de comprovar que não houve penetração durante as práticas de abuso. "Ele sempre mexia nas pernas dela, colocava o órgão dele nas

Os diálogos que aconteciam entre a menina e o pai durante a violência demonstravam a frieza do homem. Para a mãe, ouvir o relato da filha foi algo chocante.

Atenção! O vídeo a seguir pode apresentar conteúdo sensível.



A mãe também conta o quão difícil foi ouvir o relato da menina, pois sabe que, no momento em que o abusador trouxe essa fala enquanto praticava os abusos, a autonomia da vítima sobre o próprio corpo foi tirada.

Outro crime caracterizado como violência sexual infantil refere-se à prática de atos sexuais na presença de menores. Alice, a quarta vítima entrevistada, relata que presenciou relações que sua mãe mantinha com o padrasto.

“Por eu ser muito pequena, eu não entendia isso, mas eles tinham relações sexuais na minha frente, só que eu não entendia que era relação sexual. Eu via, a porta estava aberta, eu via tudo, não eles nus, mas eu via eles tendo relação sexual”, conta Alice.

A vítima, que hoje tem 54 anos, cita os episódios de abusos vivenciados com o padrasto, que, após observar as mudanças de seu corpo, no período de adolescência, passou a violentá-la tocando partes íntimas.

Alice, que guardou o segredo desses episódios por todo esse tempo, teve medo de contar para a sua mãe, por receio dela não acreditar e pelo fato dela ser muito severa, além do medo de se sentir culpada, caso houvesse rompimento do relacionamento dos dois. “Minha mãe ia acreditar nele porque ele que sustentava a casa, ele que sustentava a gente em tudo. Então eu não falei”.

Além dos abusos cometidos pelo padrasto, Alice relata que também foi violentada pelo tio no período de sua pré-adolescência. “Ele [tio] me abraçava e ia descendo a mão para pegar no meu seio e aquilo me incomodava, eu ficava me mexendo para ele tirar a mão, até que um dia ele deu um selinho em mim”.

Os fatos foram se intensificando e Alice decidiu contar para a família sobre um dos episódios cometidos por um de seus tios, irmão de sua mãe. A genitora não acreditou e um outro tio mostrou preocupação, mas diante da reação da mãe, a solução encontrada por Alice foi se defender sozinha.

Atenção! O áudio a seguir pode apresentar conteúdo sensível.



Entre as vítimas abordadas nessa reportagem, a maior parte dos casos de abuso ocorreram em contexto intrafamiliar, e foram cometidos por pessoas próximas do convívio da criança e pessoas com laço sanguíneo. Em Presidente Prudente, no ano de 2020, os Creas I e II, responsáveis pelos acompanhamentos de casos intrafamiliares, atenderam 65 vítimas. Já a Saúde Mental não soube informar quantos casos de violência sexual infantil foram atendidos no mesmo período. A coordenadora do órgão, Carolina de Farias, afirma que o fato dos números não serem computados é uma falha.

“A gente precisa até melhorar um pouco isso, porque antes a gente não tinha esses números. A gente ia encaminhando sem fazer esse banco de dados. Agora a gente está tendo esse cuidado, mas de pouco tempo para cá”, complementa Carolina.



PRESIDENTE PRUDENTE

Para entender melhor o cenário da violência sexual infantil em Presidente Prudente, foi necessário apurar e refletir sobre dados solicitados aos três órgãos responsáveis pelas denúncias no município: o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas), o Conselho Tutelar e a Polícia Civil.

Os números levantados no Creas I foram solicitados por meio de um ofício, e a responsável pelo órgão, Elaine Spiguel, tabelou os registros por gênero, idade, vínculo com o abusador, território e qual foi o órgão que recebeu essas denúncias nos últimos cinco anos em Presidente Prudente.

Já os dados do Creas II foram levantando somente do ano de 2020, isso porque a unidade só passou a atender vítimas de violência sexual infantil a partir do começo do ano passado. Os números foram encaminhados pela coordenadora do órgão Luciana Saran Felipin Henn, por meio de um aplicativo de mensagens, e neles constavam a quantidade de casos e o vínculo da vítima com a agressor.

Enquanto pelo Conselho Tutelar, os números foram disponibilizados pela ex-coordenadora e atual conselheira Paloma Leonel, que coordenou o órgão de julho de 2020 até junho de 2021. O levantamento foi enviado por um e-mail que continha o total de casos de violência sexual infantil, dos anos de 2016 a 2020, registrados no órgão.

Já para obter os dados da Polícia Civil, realizou-se uma solicitação por meio da Lei do Acesso à Informação (Lei nº 12.257), e o material recebido consistia em uma ampla planilha que contemplava números de todo o estado. Após filtragem, considerando o município de Presidente Prudente, foi possível obter informações como: vínculo com o agressor, número de casos por bairros de Presidente Prudente, sexo das vítimas, se foi um ato consumado ou tentado,

em qual parte da casa e horário que aconteceu o abuso, se as vítimas passaram pelo Instituto Médico Legal (IML), idade delas, o grau de estudos do abusador e o ano em que aconteceu a violação.

A partir da coleta e análise dos números, foi possível observar que o órgão que mais registrou casos em Presidente Prudente foi o Creas, o segundo lugar em registros é o Conselho Tutelar e o que menos registrou casos foi a Polícia Civil. Porém, é preciso ressaltar que isso demonstra uma inconsistência nos dados, principalmente tendo em vista que o Creas atende apenas casos de violência intrafamiliar e o Conselho e a Polícia Civil devem ser notificados de todos os casos, independente do contexto em que o crime ocorreu.

Responsabilidades dos órgãos

Assim como as denúncias, cada um desses órgãos possui uma responsabilidade dentro do sistema de garantia de proteção da criança.

O Conselho Tutelar é responsável por analisar qualquer situação que caracterize ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente. A atual coordenadora, Mônica Alessi, comenta que o órgão pode ser acionado de diversas formas, como: "uma ligação, pode se identificar ou ser anônima, pode ser através do disque 100, do disque 180, da polícia militar, do hospital, escola ou qualquer lugar que tenha acesso à criança e adolescente".

Mônica ainda acrescenta que a denúncia é uma responsabilidade social, uma obrigação de qualquer cidadão, e que, quando identificada uma violação dos direitos dos menores, o primeiro passo é encaminhar ao Conselho.

O papel do Creas, que na cidade conta com duas unidades, é de atuar na proteção dos cidadãos nas áreas de vulnerabilidade e risco social. Porém, é importante ressaltar que, nos casos de abuso sexual infantil, são direcionados ao órgão apenas situações que ocorrem no contexto intrafamiliar.

De acordo com a responsável pelo Creas I, Elaine Spiguel, o Centro de Referência é um serviço que oferece proteções sociais em duas modalidades: a proteção social básica e a proteção social especial. "No primeiro caso [na proteção especial básica], não há violação dos direitos, trabalha-se a prevenção para que a família não chegue à situação de violência. Existe a vulnerabilidade, mas não chegou ainda em um ato intrafamiliar".

Na modalidade de proteção social especial, o objetivo é atender vítimas que já sofreram alguma violação dos direitos. "Quando acontece a violência dentro da família, quem oferece o serviço é a proteção social especial, que tem como objetivo atender famílias e indivíduos que sofreram alguma violação dos seus direitos, tanto da negligência, violência física, psicológica, sexual ou trabalho infantil", explica a coordenadora.

Ela ainda ressalta que o atendimento prestado pelo Creas é uma medida de proteção aplicada pelo Conselho Tutelar. Porém, toda a rede pode encaminhar os casos para o serviço, mas quando isso ocorre, é de obrigação do órgão encaminhador fazer a comunicação ao Conselho, independentemente de ser uma confirmação ou suspeita.

A coordenadora do Creas I ainda diz que as duas unidades atuam a fim de garantir a assistência social, o acompanhamento psicossocial jurídico de pessoas que, por várias razões, tiveram seus direitos violados. Ela cita que o Conselho Tutelar solicita que as famílias compareçam ao Creas para realização dos acompanhamentos, e que se os responsáveis se negam a prosseguir com o atendimento, o serviço aciona o Conselho para que ele tome as medidas cabíveis. Elaine ainda comenta que, nesses cenários, os casos podem ser desvinculados do Creas, "a gente deixa o caso possivelmente desligado, porque a gente não consegue a intervenção e, se o Conselho esgotou as medidas dele, eles vão ter que encaminhar para o judiciário".

Em situações como essa, em que é necessário acionar procedimentos judiciais para garantir a segurança da criança, o órgão que atua para resguardar os menores é a Promotoria de Justiça da Infância e Juventude, que em Presidente Prudente está sobre responsabilidade do promotor de justiça Marcos Akira.

O magistrado comenta que, mediante todo tipo de delito relacionado à violação dos direitos dos menores, o órgão possui duas responsabilidades. A primeira é buscar a punição do responsável. Enquanto a segunda é garantir a proteção da criança ou adolescente.

"O ideal é que todo delito que aconteça seja apurado. Isso envolve não só as autoridades, envolve também as famílias, os professores, o Conselho Tutelar e várias pessoas que estão ligadas à vara da Infância e Juventude. Toda vez que acontece um delito dessa natureza, em primeiro lugar, a gente tem que buscar a punição desse autor", reforça o promotor Marcos.

Já o papel de identificar o autor e apurar a veracidade dos fatos é da Polícia Civil, que, por sua vez, tem como procedimento registrar em boletins de ocorrência (B.O.) todas as denúncias que forem comunicadas.

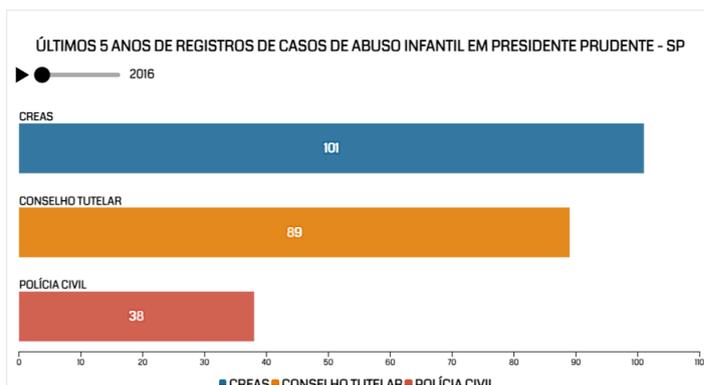
A delegada responsável pela Delegacia de Defesa da Mulher (DDM), que tem atuação também em crimes contra a criança e o adolescente, Denise Simonato, diz que o fluxo de denúncias acontece por inúmeras vias. Ela cita algumas das formas que a notificação pode ocorrer:

- Denúncia anônima por meio do Disque 100 ou do Disque 197;
- Boletim de ocorrência, que pode ser feito por qualquer pessoa que tenha conhecimento de uma violência sexual contra um menor;
- Por ofícios do Conselho Tutelar, do Creas, dos hospitais, das escolas ou de qualquer entidade.

Denise acrescenta que todos os casos de abuso sexual infantil devem ser obrigatoriamente registrados e investigados.

Casos em Presidente Prudente

De acordo com os dados levantados junto ao Conselho Tutelar, as duas unidades do Creas de Presidente Prudente e a Polícia Civil estadual, é possível notar que existe uma divergência entre os números de casos registrados pelos órgãos nos últimos cinco anos. Em 2017, por exemplo, o número de casos registrados pelo Creas foi de 97, já a Polícia notificou 29 casos e o no Conselho foram 82 ocorrências.



Sobre a diferença entre os números, Mônica Alessi, atual responsável pelo Conselho Tutelar de Presidente Prudente, afirma que tal fato não poderia ocorrer, independente das responsabilidades dos órgãos. "Nesses outros anos [2016, 2017, 2018 e 2019] que o Creas tem mais do que o Conselho, eles não notificaram a gente", acredita a coordenadora.

Já Elaine, responsável do Creas I, afirma que a troca de informações entre os órgãos é constante, com responsabilidades de manter o contato diante de determinadas situações, mas que não é função do Creas acionar o Conselho e a delegacia. Ela ainda informa que o órgão ou pessoa que identificou o abuso é responsável por comunicar o Conselho Tutelar, que deve ser acionado quando há alguma suspeita.

Spiguel ainda cita que o serviço trabalha somente na proteção às crianças e adolescentes e que não tem dever de atuar junto à delegacia. "Com relação à Delegacia, não é papel da rede de proteção a responsabilização, não é de responsabilidade nossa, a nossa na verdade é a proteção".

Uma outra hipótese levantada pela conselheira do município, Paloma Leonel, é a de que raramente a família chega a realizar o boletim de ocorrência, principalmente, porque muitos casos são caracterizados como abusos intrafamiliares.

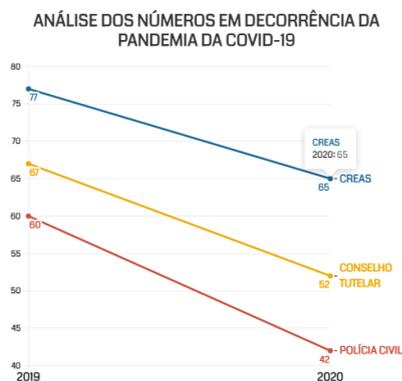
"Caso a família se negue a fazer o boletim de ocorrência, tem muitos casos que os responsáveis não querem causar um desentendimento, nós, como Conselho Tutelar, encaminhamos esse caso como forma de denúncia para Delegacia da Mulher.", explica Paloma.

O promotor Marcos Akira acredita que a diferença possa ter acontecido por um problema de comunicação.

Akira ainda cita que, em hipótese alguma, os órgãos podem acobertar os casos que estejam acontecendo em Presidente Prudente. "O que não pode é o Conselho abafar, o que não pode é o Creas abafar. Eles têm que comunicar a Polícia, o Ministério Público ou o poder judiciário".

Entendendo a queda nos números em 2020

Um fato que pode ser observado é que no ano de 2020, em decorrência da pandemia da Covid-19, houve uma queda nas notificações de violência sexual infantil em relação ao ano anterior. Entre os números apresentados, é possível notar a regressão de 15,58% na quantidade de casos informados pelo Creas. Já o Conselho Tutelar apresentou queda de 22,38% nos registros.



O promotor de justiça Marcos Akira pontua que a queda não significa que a violência deixou de ocorrer, mas que, com a suspensão das aulas presenciais, os casos que eram revelados nas escolas não foram identificados.



Sobre a importância da escola na identificação de casos de violência sexual infantil, Elaine conta que mesmo com as aulas remotas, alguns possíveis casos foram identificados.

“Neste contexto de pandemia, muitas crianças podem estar vivenciando a violência. Já aconteceu, dessas atividades remotas da escola, do profissional conseguir identificar alguma situação ali, dentro de um vídeo com a criança, em uma aula *online* ou, até mesmo, dentro de um material de tarefas escolares”, afirma Elaine.

Paloma, conselheira do município, também cita que a baixa nas notificações não significa que o número de casos tenha reduzido, mas que a situação não está sendo notificada. “Infelizmente diminuiu como dados, mas não diminuiu como violência. Deve estar acontecendo sim, é que a gente não consegue identificar agora, porque a escola era um grande parceiro nosso”.

A atual coordenadora do Conselho, Mônica, atua no órgão há seis anos, e afirma que em todo esse tempo nunca notou uma queda tão significativa em relação ao número de denúncias. “Essas violações não cessaram, pelo contrário, elas estão ocorrendo cada vez mais, só que infelizmente não estamos sendo notificados”.

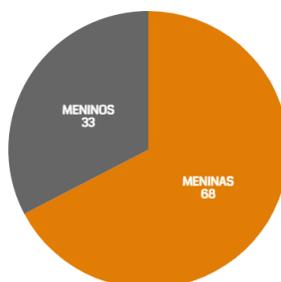
Detalhamento dos números

No ano de 2021, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por meio da [Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar \(PeNSE\)](#), divulgou que uma em cada cinco adolescentes brasileiras em idade escolar já sofreu algum tipo de abuso sexual ao longo da vida. A pesquisa apontou que 8,8% das meninas abordadas já foram obrigadas a manter relação sexual contra a própria vontade.

Em Presidente Prudente, a maioria dos casos ocorreu com meninas. No ano de 2020, 64% dos registros eram de casos que aconteceram com crianças do sexo feminino, enquanto em 2019 e 2018, a porcentagem foi de 76% e 80%, respectivamente.

COMPARAÇÃO DE CASOS POR GÊNERO - CREAS I

▶ ● 2016

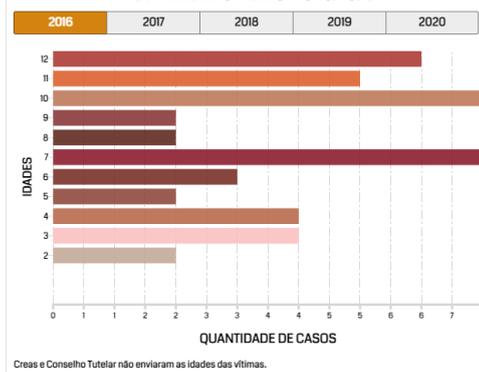


■ MENINAS ■ MENINOS

● A Flourish chart

Ainda com relação às características das vítimas de violência sexual infantil, é possível observar que no ano de 2018 a maioria dos casos ocorreu com crianças que tinham dois anos, foram 21 registros, o que se repete em 2019, com 11 casos em menores com essa idade. Já em 2020, o maior número de casos é de crianças de um ano, são 13 notificações.

FAIXA ETÁRIA DAS VÍTIMAS - POLÍCIA CIVIL



● A Flourish chart

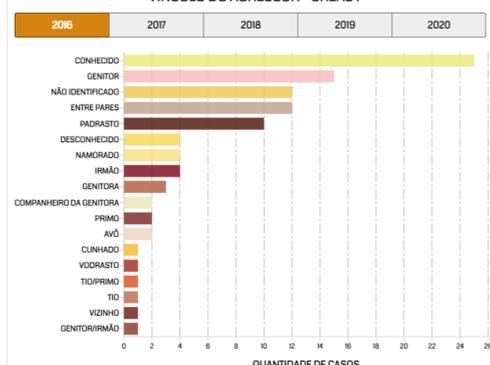
Um outro ponto a ser discutido é a questão da relação do agressor com a vítima. É possível notar que pelo menos 10% dos casos de violência sexual infantil são cometidos pelos pais.

Durante o ano de 2016, o Creas notificou 101 casos, desses, 14,85% foram causados pelos genitores. Em 2017 o número

durante o ano de 2016, o Creas notificou 101 casos, desses, 14,85% foram causados pelos genitores. Em 2017 o número é um pouco maior, sendo que 19,58% dos crimes foram cometidos pelos pais das vítimas.

Já em 2018 foram 88 casos, e, em 22% das notificações, o delito foi causado pelo genitor da vítima. Em 2019, os pais foram responsabilizados em 19,48% das ocorrências de violência sexual infantil. O ano de 2020 abrangeu um número menor de registros (31), e desses, o genitor foi o agressor em 19,35% dos casos informados.

VÍNCULO DO AGRESSOR - CREAS I



Cabe ressaltar que o Creas é o serviço que atende apenas casos de violência sexual infantil onde o autor pertence a família. E que é justamente fortalecendo o vínculo da criança com os outros membros da família que o Centro de Referência atua, como explica a coordenadora da unidade I, Elaine:

“Dentro da perspectiva da política de assistência, a gente envolve a família. Se for um abuso, a gente atende a violência intrafamiliar, a gente vai tentar desenvolver um trabalho para que a família se coloque no papel protetivo e não no papel de desproteção”, finaliza a coordenadora.

SINAIS

Atenção, preste muita atenção!

A falta de atenção da família é justamente o que vem à cabeça da Thais quando ela lembra os abusos que viveu. A jovem percebeu, aos poucos, que os pais eram mais omissos do que ela se recordava, e se questionou como ninguém da família percebeu a situação.

Atenção! O áudio a seguir pode apresentar conteúdo sensível.

Atenção! O áudio a seguir pode apresentar conteúdo sensível.



Na cabeça da Amélia essa também é uma pergunta sem respostas: “Mas eu me pergunto, ‘como que ninguém viu isso? Como que ninguém nunca me olhou? Como que ninguém nunca cuidou de mim’”, relata.

Não é como se a violência sexual, na grande maioria dos casos, deixasse vestígios aparentes nas crianças. Porém, existem sinais e mudanças comportamentais que muitas vezes são sutis. Por esse motivo, é preciso que pais, responsáveis, professores e todos aqueles que têm contato com o menor se atentem para essas alterações.

De acordo com a psicóloga e assistente social Adriana Turbay, que trabalha com vítimas de abuso sexual há mais de 30 anos, é preciso analisar uma somatória de fatores e mudanças comportamentais para suspeitar que uma criança tenha sido vítima desse tipo de violência. A especialista pontua que até mesmo para os profissionais capacitados é difícil cravar que uma criança sofreu violações sexuais.

“Vão ter crianças que vão verbalizar, outras vão gesticular, e a gente tem que fazer toda essa somatória, por isso que não tem um teste psicológico que fale, é uma bateria de testes e mesmo assim é proximal”, acrescenta Adriana.

O promotor de justiça da Infância e Juventude de Presidente Prudente, Marcos Akira, ainda revela que a maioria das crianças não verbaliza que está sofrendo abuso, mas dá indícios comportamentais. “Elas não simplesmente chegam e falam ‘oh, estou sendo abusada’, dificilmente, isso é muito raro acontecer, a não ser que ela não esteja suportando mais, mas como regra, ela não revela de imediato. Ela externa com o seu comportamento para que alguém de maior confiança

Ainda assim é possível apontar alguns sinais de alerta que as crianças podem dar quando são vítimas de abuso sexual. São indícios de que algo não vai bem: crianças que antes eram falantes se tornam mais silenciosas ou muito choronas e até ficam constantemente irritadas, em virtude do abalo psicológico sofrido. Outro ponto importante é o fato delas não quererem ficar sozinhas com o agressor, então se apegam profundamente a outras pessoas de sua confiança.

O medo de ficar sozinha com o pai foi um dos sinais que a filha de Luzia demonstrou. A mãe comenta que na época achava estranho, mas que por serem casados e ele ser o pai da menina, ela não acreditava que ele seria capaz de fazer mal à filha.

“Ela amava esse pai, ela venerava esse pai, mas, ao mesmo tempo, ela não queria ficar sozinha com ele, então tinha algo aí acontecendo. Infelizmente eu acabei deixando passar. Não porque eu não percebi, mas eu me cobrava loucuras, que eu era louca por estar pensando, por ter esses pensamentos” conta Luzia.

Além disso, algumas crianças ainda podem apresentar enurese, ou seja, passam a fazer xixi nas roupas, outras passam a se alimentar muito mal, enquanto algumas começam a comer muito. Existem também crianças que apresentam quadros de vômito sem razão aparente.

A psicóloga comenta que até os desenhos feitos pelas vítimas podem mudar e isso pode ocorrer até mesmo com as crianças mais novas. “Essas garatujas passam a ser rabiscos, a violência é tão pontual que a criança regride psicologicamente”.

Outro sinal importante é que, de forma geral, os agressores procuram ficar sempre próximos das crianças, isso para evitar que elas contem o que está acontecendo para alguém. De acordo com Luzia, a proximidade que o agressor tinha com a filha era muito grande, tratando a menina até de forma diferente dos outros filhos.

Atenção! O vídeo a seguir pode apresentar conteúdo sensível.



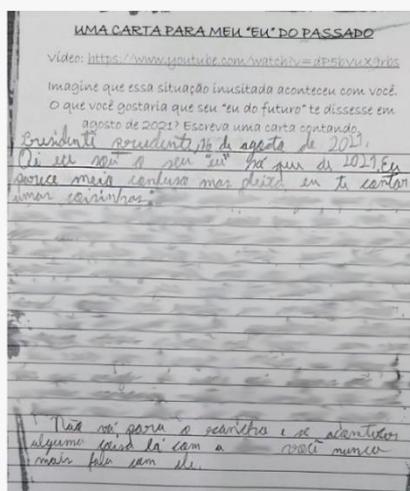
Ainda de acordo com a psicóloga Adriana, um sinal que a criança pode apresentar é o sono excessivo. Isso ocorre, pois a maioria dos abusos acontece durante a noite, por isso a criança passa as madrugadas acordada, com medo. Adriana explica: "É aquele aluno que na sala, não todos os alunos, é o que eu falei, é uma somatória de situações, ele está sempre apoiado na carteira, sonolento ou dormindo". O comportamento apontado pela especialista pode ser notado principalmente na escola.

É possível apontar que os profissionais ligados à educação têm papel fundamental na percepção de casos de abusos, isso porque é na escola que as crianças passam a maior parte do dia. Segundo a coordenadora do Setor de Ações Complementares da Educação (Sace), Rita de Cassia, "Quando o profissional de educação acompanha a criança muito de perto, ele consegue perceber mudanças de comportamento".

A diretora da Escola Municipal Doutor Pedro Furquim, Adriana Favaro Agudo, complementa que os relatos surgem, na maioria das vezes, nas escolas, devido à relação de confiança que as crianças estabelecem com os professores e funcionários.

São nas mais diversas situações na escola que as crianças podem revelar a violência. No retorno às aulas presenciais, após quase um ano e meio de educação a distância, uma professora do ensino municipal de Presidente Prudente propôs que os alunos do 5º ano de uma escola, não revelada, fizessem a redação de uma carta para o "eu" do passado. O enunciado da atividade era o seguinte: Imagine que essa situação inusitada aconteceu com você. O que você gostaria que o seu "eu do futuro" te dissesse em agosto de 2021? Escreva uma carta contando. Foi na hora de corrigir a atividade que a docente se deparou com uma redação onde uma criança deu indícios de que havia sofrido a violência e, ao ser questionada, contou sobre uma situação de abuso sexual.

UMA CARTA PARA MEU "EU" DO PASSADO



No último parágrafo está escrito: "Não sei para o rancho e se aconteceu alguma coisa lá com a **** você nunca mais fala com ele". (FOTO: CEDIDA/SACE)

Durante a pandemia, o longo período sem proximidade física dos alunos foi uma grande preocupação. A diretora conta que uma forma de tentar driblar a situação era pedir que os pais levassem a criança quando iam retirar os materiais impressos e, dessa forma, os profissionais poderiam ter algum contato com os alunos. "Não é que a gente fica chafurdando ou procurando, mas é que a gente conhece, a gente quer tentar cuidar da melhor maneira possível", complementa.

Além disso, durante as aulas *on-line*, os professores ficaram atentos a eventuais situações estranhas que notassem durante os encontros com os estudantes.

Rita, que é assistente social e trabalha na área educacional há 27 anos, acrescenta mais um sinal que pode ser um indicativo de violência: não é normal uma criança trazer falas ou gestos de cunho sexual.

"A gente já teve casos, o professor está dando aula e aí o coleguinha na sala de aula, fala 'vem cá que eu vou chupar até sair o leiteinho', na hora o professor 'o que é isso?'. Era a ejaculação, então alguém fez aquilo com aquela criança", relata Rita.

Conforme a coordenadora do Sace, outro ponto a ser observado, com ressalvas, é quando uma criança se masturba ou fica muito com as mãos na genitália. Porém, ela explica que é preciso ter cuidado e analisar as fases de desenvolvimento psicosssexual da criança, já que determinados comportamentos, como o descobrimento do próprio corpo, fazem parte desse desenvolvimento.

"São partes do corpo que não podem ser tocadas no público e a gente descarta se tem alguém que tocou nela. Então são questões bem sutis, do dia a dia, que, quando os profissionais lidam com as crianças, eles acabam percebendo. Então quando uma criança pequena traz excessivamente o toque na genitália, a gente precisa descobrir o que está acontecendo, porque não é comum daquela faixa etária", afirma a assistente social.

SINAIS DO ABUSO SEXUAL INFANTIL

- Alimentar-se mal ou em excesso;
- Tornar-se silenciosa;
- Ficar chorosa;
- Maior irritabilidade;
- Sono excessivo;
- Apegar-se a pessoas de confiança;
- Não querer ficar sozinha com o agressor;
- Falas e gestos de cunho sexual;
- Desenhos inapropriados;
- Enurese (xixi na roupa);
- Vômitos, sem motivos perceptíveis.



Imagem: produzida pelos autores.

Segundo Rita, a orientação da Secretaria Municipal de Educação para as escolas é que, ao identificar ou caso a criança revele de forma espontânea um abuso, o professor ou funcionário deve afastá-la das outras crianças e criar um ambiente favorável e individualizado para conversar com ela. Ainda é importante que o adulto não interfira, não induza ou culpabilize a criança.

De acordo com a psicóloga Adriana Turbay, essa oitiva sem interferência é importante principalmente quando a criança é mais nova, pois ela pode positivar algo que não é real.

Todo o cuidado para ouvir o menor da melhor forma possível acontece para que não ocorra a revitimização, o que, segundo o promotor Marcos Akira, acontece quando a criança precisa relatar as situações de abuso em vários momentos do processo e revive o trauma diversas vezes. Por isso, em abril de 2017, o então Presidente da República, Michel Temer, sancionou a Lei Nº 13.431, que em seu Título III determina a aplicação da escuta especializada.

Em Presidente Prudente está sendo produzido um formulário padrão que será preenchido pelo órgão onde a criança fez a revelação, seja ele ligado à educação, saúde ou assistência social. O documento está sendo desenvolvido pelo Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e de Proteção Social de Criança e Adolescente Vítimas ou Testemunhas de Violência. A comissão foi criada em 14 de outubro de 2020, porém até o presente momento, o material segue em elaboração.

Na prática, será um relatório padronizado no qual deverá constar a maior quantidade de informações possíveis e que será produzido pela pessoa para qual a criança fez a revelação. É preciso que o preenchimento seja feito exatamente como a criança relatou e o profissional não pode induzi-la. Após a produção, o documento é enviado aos outros órgãos competentes, e, desta forma, a criança fala sobre a situação uma única vez.

"A escuta especializada é quando o material, um documento vai sendo encaminhado e não a criança que repassa na delegacia, repassa na Comissão Tutelar conta a história de novo nos outros órgãos. Dessa forma, infelizmente, acontece

“A escuta especializada é quando o material, um documento vai sendo encaminhado e não a criança que repassa na delegacia, repassa no Conselho Tutelar, conta a história de novo nos outros órgãos. Porque isso, infelizmente, acontece no Brasil todo, por isso que veio a legislação, para tentar mudar essa prática também”, explica Rita.

A delegada da Delegacia de Defesa da Mulher (DDM) de Presidente Prudente, Denise Simonato, pede que os pais tenham atenção às crianças, que tomem cuidado com quem vão deixar os filhos e que orientem eles da melhor forma possível.



DENÚNCIA

Nessa seção, mostraremos como funciona o fluxo de denúncias de casos de abuso sexual infantil em Presidente Prudente. Para começarmos, é importante frisar que qualquer pessoa pode denunciar crimes dessa natureza, por meio do disque 100, anonimamente, ou através dos órgãos responsáveis.

Partiremos de um dos locais que mais identificam casos de abuso sexual infantil: a escola. A rede pública de ensino pode comunicar a denúncia para o Conselho Tutelar ou para o Setor de Ações Complementares da Educação (Sace), este que também pode encaminhar o caso ao Conselho Tutelar. Entretanto, nada impede que a escola notifique diretamente a Polícia Civil.

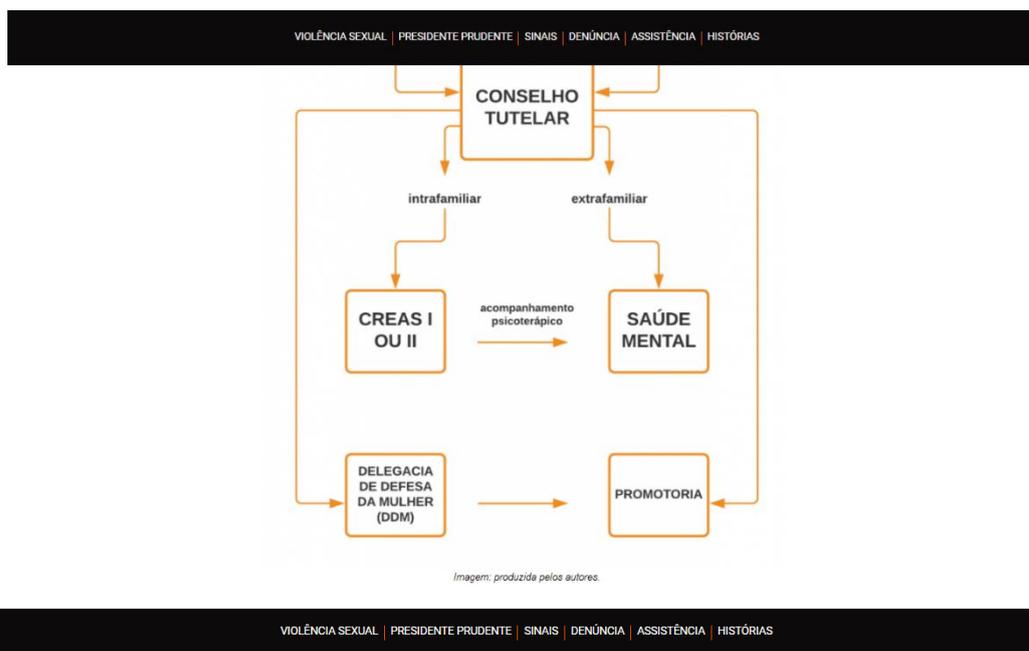
O Conselho Tutelar, por sua vez, recebe as denúncias da escola, da saúde, do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) e, esporadicamente, da Polícia Civil. Conforme o promotor de justiça da Infância e Juventude de Presidente Prudente, Marcos Akira, é dever do Conselho Tutelar, ao receber uma denúncia dessa natureza, comunicar à Polícia Civil, ao Ministério Público ou ao Poder Judiciário.

Os casos encaminhados para o Creas podem vir do Conselho Tutelar ou da rede de saúde. Além disso, qualquer pessoa tem a possibilidade de denunciar a violência espontaneamente no serviço. A partir do momento em que ocorrências são recebidas, cabe ao Creas enviar para a unidade I ou II, conforme o bairro de residência da vítima. De acordo com a coordenadora do Creas I, Elaine Spiguel, o Centro de Referência não tem obrigação de comunicar o Conselho Tutelar, mesmo que a denúncia parta de um órgão da educação ou da saúde. Porém, o Creas atende somente casos de violência intrafamiliar, os que ocorrem no contexto extrafamiliar são direcionados para a Saúde Mental municipal.

Ao receber denúncias de quaisquer órgãos ou pessoas, a Polícia Civil investiga o caso, encaminha para o Poder Judiciário e, logo após, o inquérito é enviado para o promotor. No ato do boletim de ocorrência, a Polícia não aciona o Conselho Tutelar nem o Creas, essa prática só ocorre após instaurado o inquérito.

Um ponto importante a ser destacado, é que a falta de comunicação entre os órgãos pode ser um dos motivos da discrepância de dados apresentada na seção de Presidente Prudente.





Quando um caso de abuso sexual infantil chega à Delegacia de Defesa da Mulher (DDM), é registrado um boletim de ocorrência e, em geral, é expedida uma requisição de corpo de delito. Esse exame serve somente para a violência sexual que deixa vestígios, caso contrário, o pedido não é feito, pois assim evita-se que a vítima seja exposta, já que o exame é invasivo.

"O exame de corpo de delito é muito importante. Ele é uma das principais provas, só que nem sempre é possível, porque a grande maioria dos abusos sexuais contra criança não deixam vestígios. Mas havendo notícia de um crime, ainda mais recente, que tenha deixado vestígios, nós procedemos imediatamente a requisição de exame de corpo delito", explica a delegada responsável pela DDM em Presidente Prudente, Denise Simonato.

Logo após, é instaurado o inquérito policial. O representante da vítima vai ser ouvido, todas as informações serão reunidas, além das provas necessárias, que ajudem a confirmar a realização do fato. Também é colhida a oitiva do autor e então ele pode ser ou não indiciado, e ter ou não sua prisão decretada.

Quanto ao tempo que leva para que uma investigação seja concluída, a delegada esclarece: "Nós tentamos o máximo possível realizar essa investigação de forma célere, só que, às vezes, depende totalmente da nossa vontade. Às vezes dependemos de uma carta precatória que é expedida por outra cidade, e a gente depende dessa carta precatória voltar, alguns laudos que ficam pendentes. Então não dá para a gente estabelecer de forma fixa a duração média de um inquérito dessa natureza".

A rapidez na investigação é importante para a sociedade, pois é a partir da conclusão do inquérito que medidas preventivas, em relação a outras possíveis vítimas, podem ser tomadas, além do mais importante: conseguir tirar a vítima de uma situação de violência que ela esteja vivenciando em casa.

O abusador está por perto, e agora?

A partir do momento em que o inquérito policial é instaurado, se houver indícios suficientes de que aquela pessoa é o autor e que atenda aos requisitos de uma eventual prisão preventiva, ele pode vir a ser preso. Entretanto, existe também a possibilidade que o suspeito aguarde o julgamento em liberdade.

Em casos nos quais o agressor é uma pessoa do convívio familiar, sendo de parentesco ou amizade, pode ser realizado o pedido de concessão de medidas protetivas para afastar o autor da vítima.

Caso o autor descumpra as medidas, Denise instrui: "Comunicar a polícia, no caso se houver uma situação de flagrante, acionar 190, que esse autor pode ser preso. Se já tiver passado esse estado flagrancial, comunicar também, registrar o boletim de ocorrência, e assim pode ser representada a prisão preventiva dessa pessoa".

A delegada explica que são necessárias provas e uma série de requisitos jurídicos para que a prisão preventiva do suspeito possa ser solicitada.



"Juntadas as provas, vai para o promotor, que oferece a chamada denúncia. E um processo crime contra ele [abusador], então ele vai ter o direito de defesa, mas depois de conduzidas as provas, aí compete ao juiz aplicar ou não uma pena. Essa pena varia de seis anos e pode chegar, dependendo da natureza do delito, a mais de 20 anos, porque é em razão da gravidade do fato", explica o promotor de justiça Marcos Akira.

A delegada complementa: "Tem as causas de aumento [da pena] quando a pessoa é pai, parente, avô, ascendente, descendente. Então tem diversas causas, de aumento ou diminuição, que podem influir na quantidade da pena. Inclusive, o juiz também pode levar em consideração quais tipos de abusos ocorreram. Por exemplo, se foi uma passada de mão, pode ser que a punição fique mais próxima do mínimo, ou se houve uma conjunção carnal, a pena já se aproxima do máximo. No caso do autor ser reincidente ou não, então há vários fatores que podem influenciar na dosagem final da pena".

Acolhimento

Luzia, mãe entrevistada nesta reportagem, afirma que, ao chegar à DDM para relatar o que aconteceu, denunciar e abrir um boletim de ocorrência, percebeu uma falta de preparo da equipe para lidar com a situação.

"Eu fiquei de pé, esperando elas colherem o meu depoimento e ali mesmo, de pé, a escritã veio e eu dei as informações necessárias. Mas foi algo bem sucinto, bem rápido. Eu senti que deveria ter falado mais, mas por não ter esse acolhimento, eu acabei tentando resumir, porque não estava muito confortável ali", relata a mãe.

Sobre o acolhimento, a delegada pondera: "A pessoa, quando está nessa situação, está em uma situação extrema mesmo da vida. Então a gente tenta atender de uma forma acolhedora, na medida do possível. Mas tudo isso, a gente não pode perder de vista, que dentro de uma delegacia de polícia é um ambiente tenso para a vítima, então é complicado dizer algo nesse sentido".

Prestar queixa e contar à família

São inúmeros os fatores que levam as vítimas ou familiares a não falarem sobre as suspeitas ou denunciarem os casos de abuso. Conforme consta nos dados coletados, na cidade de Presidente Prudente, maior parte dos crimes são cometidos pelo progenitor ou padrasto. Ainda assim, as mães optam por não denunciar, mas não necessariamente por estarem envolvidas, como destaca o promotor:

"Normalmente a mãe tem o desconhecimento ou às vezes realmente ela está desconfiando, mas quer acreditar que não está acontecendo e fica com medo de fazer a denúncia porque ele é o provedor de alimento na casa. Então são vários fatores ali, social, emocional, dependendo da formação da pessoa também, porque às vezes ela não tem o alcance das coisas, às vezes ela tem medo do agressor".

Além da denúncia formal, algumas vítimas não se sentem confortáveis ou não têm coragem de contar para os pais ou pessoas próximas o que passaram. Thais nunca contou para a família que sofreu abuso sexual na infância, pois, como aconteceu há muitos anos, ela acredita que não mudaria o passado e que traria conflitos, além de ter receio que os pais se culpem.

Atenção! O áudio a seguir pode apresentar conteúdo sensível.



18 de maio e Disque 100

Foi em 18 de maio de 1973 que uma criança de oito anos de idade, Araceli Cabrera Crespo, desapareceu. Depois de seis dias, o corpo dela foi encontrado em um terreno baldio, espancado, estuprado, drogado e sem vida. Além disso, o corpo ainda estava desfigurado com ácido.

Os policiais ouviram várias versões dos fatos, aconteceu o julgamento, a absolvição dos suspeitos e o arquivamento do Caso Araceli. A partir desse acontecimento brutal e assustador, a data do assassinato tornou-se um símbolo da luta contra esse tipo de violência.

Sendo assim, no ano de 2000, de acordo com a Lei 9.970, o dia de 18 de maio foi instituído como o "Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes".

Vale ressaltar que toda e qualquer pessoa pode denunciar esse tipo de crime. No país existe o canal Disque Direitos Humanos, mais conhecido como Disque 100, que é um serviço criado para fornecer informações sobre direitos de grupos vulneráveis e receber denúncias de violações de direitos humanos.

Conforme consta no site do Governo Federal, é responsabilidade do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, por meio do Disque 100, receber, estudar e encaminhar aos órgãos competentes as denúncias de violações de direitos de crianças e adolescentes, população em situação de rua, pessoas idosas, entre outros.

As ligações podem ser realizadas de todo o Brasil, de forma gratuita e direta, pelo número 100, por meio de qualquer telefone fixo ou móvel. O serviço funciona de segunda a segunda, 24 horas por dia.



ASSISTÊNCIA

Conforme está disposto no artigo 136 do Estatuto da Criança e do Adolescente, o Conselho Tutelar é responsável por assegurar e aplicar as medidas de proteção para crianças e adolescentes; atender e orientar pais ou responsáveis sobre o seu papel, bem como requisitar serviços públicos e encaminhar ao Ministério Público casos de infração administrativa contra os direitos da criança e do adolescente.

De acordo com o tipo de violência sexual, o Conselho fará uma requisição para o atendimento do caso por um serviço especializado. No caso de ser uma violência sexual intrafamiliar, onde há vínculo de afetividade e responsabilidade, a criança é encaminhada para o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) e, em caso de extrafamiliar, quando a violência parte de alguém sem parentesco, a criança é encaminhada para a Saúde Mental do município.

A coordenadora da unidade I do Creas de Presidente Prudente, Elaine Spiguel, explica que o objetivo do Centro é romper a violência para que a situação não se agrave. "A gente busca assegurar aos usuários uma acolhida qualificada, uma escuta qualificada, que assegure o direito ao convívio, familiar e comunitário", complementa a coordenadora.

Por outro lado, conforme explica a atual coordenadora do Conselho Tutelar de Presidente Prudente, Mônica Alessi, em casos de violência extrafamiliar, a Saúde Mental do município buscará atuar na psicologia e na autoproteção da criança ou adolescente vítima de violência sexual. "Essa violência foi com uma pessoa externa, então como que foi isso? Como essa pessoa chegou até essa criança e conseguiu ter esse acesso íntimo e praticar essa violência sexual?".

De acordo com a supervisora da Saúde Mental do município, Carolina de Farias, a rede atua de maneira a direcionar a

De acordo com a supervisora da Saúde Mental do município, Carolina de Farias, a rede atua de maneira a direcionar a vítima para equipes de referência do território. Segundo Carolina, o foco do órgão está na pessoa, não no diagnóstico. "Nosso olhar de agentes de saúde é o olhar para acolher, olhar para fazer a escuta, olhar para ter aquela confiança de superar o momento de sofrimento".

O órgão abriga não só o serviço de proteção da vítima, mas também presta assistência ao abusador, com equipes diferenciadas. Carolina explica que esse atendimento é importante para romper o ciclo de abuso, e ainda pontua que a violência nem sempre é cometida por um adulto, mas que também existem crianças e adolescentes que podem ser violadores.

Carolina também explica a importância do atendimento e do respeito à decisão do paciente em relação a aceitar ou não o tratamento proposto. "A gente vai trabalhar outras situações, vai levantar outras demandas que chegaram a essa situação de abuso. Então, o nosso foco na maioria das vezes é na pessoa e não no diagnóstico. A pessoa, tanto que foi violentada quanto o agressor, precisam ter um olhar de saúde, de cuidado. Cada um vai arcar com as responsabilidades dos seus atos".

Acompanhamento

Assim que o caso chega ao Creas, é feita uma acolhida inicial da família para entender quais são as demandas. "A gente tenta entender essa situação por meio de duas pessoas que (...) vão identificar a necessidade de uma intervenção imediata. Como por exemplo, a família já traz uma necessidade de cesta básica, se pagou o aluguel, está com a conta de luz, água ou energia em atraso", explica Spiguel.

luz, água ou energia em atraso", explica Spiguel.

Após identificar as necessidades imediatas, o órgão analisa se a família precisa ser acompanhada pela Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (Paeafi). Esse serviço é prestado por profissionais como coordenadores, assistentes sociais, psicólogos, advogados e outros, de acordo com a demanda.

"Neste trabalho, junto com a família, eles precisam desenvolver um plano de atendimento familiar, onde a família vai ser inserida ou acompanhada por meio de atendimentos individuais ou em grupos. Porém, por causa da pandemia a gente está com os grupos suspensos", explica Elaine.

Vale ressaltar que o Creas não faz psicoterapia e sim, um atendimento psicossocial jurídico, ou seja, caso a criança ou adolescente apresente uma situação de necessidade de acompanhamento sistemático dentro da psicoterapia, é realizada uma articulação com a saúde.

"O trabalho articulado em rede é muito importante, às vezes chega uma família que tem um transtorno mental ou o uso imoderado de substâncias psicoativas, aí eu posso te falar tratamento, que se não for tratado no âmbito da Saúde, a gente não avança", complementa a coordenadora do Creas I.

Segundo a coordenadora do Conselho Tutelar, Mônica, mesmo após o encaminhamento para o serviço, a criança não está totalmente protegida, pois ela depende da família para levá-la ao atendimento. É neste momento que o monitoramento do Conselho Tutelar sob a família atendida pelo Creas é de grande importância para o processo.



Monitoramento

Enquanto o atendimento é oferecido pelo Paeafi via Creas, o monitoramento fica sob a responsabilidade do Conselho Tutelar. Periodicamente, os conselheiros entram em contato para articular e socializar informações e receber o *feedback* da família.

Mônica Alessi explica que, se a família continua na postura de violência, por exemplo, a instituição entra com outro tipo de trabalho. Caso necessário, o órgão chega ao ponto de fazer uma representação judicial dessa família. "(...) ou ela está descumprindo uma ordem do Conselho, que seria levar o filho no atendimento ou, por exemplo, ela mantém aquele posicionamento de violência contra criança. A gente continua monitorando para tomar outras medidas, se necessário".

De acordo com o promotor de justiça da Infância e Juventude de Presidente Prudente, Marcos Akira, as decisões que são tomadas pela rede de proteção podem ser reavaliadas e alteradas ao longo do acompanhamento.



Até o momento, o Conselho Tutelar conta com 221 novos casos, de diversos tipos de violações contra menores, que estão divididos entre os dez conselheiros. Porém, existe um arquivo vivo no qual estão centrados os casos que já estão em atendimento anterior. "Então vamos pensar que a gente arquivou ali violência física porque já encaminhou para o Creas e está certo. Depois, por exemplo, vem uma violência sexual [contra a mesma vítima] aí a gente tem que pegar e ir lá de novo, então eu ando monitorando aqui não só os casos de 2021, eu tenho casos de 2020, 19, 18, de cinco anos para trás", comenta Mônica.

A responsável explica que, com tantos casos abertos por conselheiro, eles acabam não conseguindo participar de atribuições que são importantes, como integrar reuniões de orçamento público a fim de arrecadar verba para a proteção de crianças e adolescentes do município.

Os dez conselheiros monitoram, até o momento, uma média de 20 novos casos cada um, mais os casos que já estão em andamento. "São uns 80 para cada um, então assim, se tivesse mais um Conselho e dividisse de uma forma mais igualitária, o que aconteceria? Nós teríamos tempo para outras funções, como fiscalizar os órgãos públicos, fiscalizar as entidades e fiscalizar os serviços", explica Alessi.

Ainda sobre o monitoramento, a coordenadora explica que os conselheiros não conseguem acompanhar com tranquilidade cada caso, e que o ideal seriam dez casos para cada um. "Você faz, corre e já vai para o outro, entendeu? Então você só vai mexer naquele lá de novo quando aparecer o prazo de alguma coisa ou se a família aparecer falando de outra violação dentro daquele caso, aí você acaba revendo".

Segundo o [artigo 132 da Lei Nº 13.824](#), decretado pelo Congresso Nacional, em cada município haverá, no mínimo, um Conselho Tutelar como órgão integrante da administração pública local, composto de cinco membros, escolhidos pela população para mandato de quatro anos, permitida recondução por novos processos de escolha. A lei não determina que esse número aumente, de acordo com a população da cidade. Em Presidente Prudente, de acordo com a atual

De modo geral, sobre a eficácia da rede de proteção à criança em Presidente Prudente, a coordenadora do Creas I, Elaine, fala sobre como a violência infantil, tanto física, quanto sexual, é complexa, e como o ideal é difícil de alcançar. "(...) eu acho que é uma rede que tem sim as divergências, tem sim as dificuldades, mas que tem muitos serviços que estão realmente em prol da questão de melhora dele".

HISTÓRIAS

» ALICE

Durante o começo da infância, Alice morou em um sítio, e era feliz. Ela brincava muito com os irmãos, sempre de forma inocente. Entretanto, ela via a mãe e o padrasto praticando relações sexuais, mas como ainda era muito pequena, não entendia o que era aquilo.

Foi a partir dos sete anos de idade, quando começou a entender o que era aquela prática, e se mudou para a cidade com a família, que as coisas começaram a ficar diferentes.

O padrasto passou a tocar a vagina da criança por cima da roupa sempre que chegava do trabalho e não tinha ninguém por perto. Em determinado momento, Alice começou a perceber que aquilo era errado e sempre dava um jeito de fugir do homem, só que nunca contou nada para a mãe, com receio de reação da genitora. Na presença de outras pessoas, a relação entre ela e o padrasto era normal, mas quando estavam sozinhos, ele se aproveitava da criança.

O padrasto passou a tocar a vagina da criança por cima da roupa sempre que chegava do trabalho e não tinha ninguém por perto. Em determinado momento, Alice começou a perceber que aquilo era errado e sempre dava um jeito de fugir do homem, só que nunca contou nada para a mãe, com receio de reação da genitora. Na presença de outras pessoas, a relação entre ela e o padrasto era normal, mas quando estavam sozinhos, ele se aproveitava da criança.

Atenção! O áudio a seguir pode apresentar conteúdo sensível.



Já na pré-adolescência, Alice foi abusada mais uma vez. Quando contou para a mãe que o próprio tio tinha passado as mãos em seus seios, lhe dando um selinho e depois tentado beijá-la à força, a genitora disse que era mentira e ficou muito brava com a criança. Foi nesse momento que ela percebeu que não receberia proteção de ninguém.

Com 17 anos, se envolveu com um homem da mesma idade. O relacionamento se tornou abusivo. Ele batia nela e a forçava ter relações sexuais com ele. Em determinado momento, a vítima descobriu que estava grávida, mas com acompanhamento médico e familiar, optou por realizar o aborto. Depois de um tempo, o abusador foi internado e faleceu de HIV.

Hoje, apesar de já ter uma vida estabilizada, Alice ainda é uma pessoa machucada e marcada pelos abusos que sofreu. "Sempre, lá no fundinho, vai ter essa lembrança, sempre. Mesmo que a pessoa que eu esteja agora seja super carinhosa, super em tudo, sabe? Não tenha nojo de mim, goste de tudo. Me faça carinho".

Para finalizar, Alice deixa um recado: "Os pais têm que ficar mais atentos às atitudes deles [filhos], que se começarem a ter medo de babá, de cuidadora ou de qualquer coisa que seja, alguma coisa tem que ter, algum fundamento tem que ter,

» AMÉLIA

Amélia começou a sofrer abusos desde muito nova, tanto que nem consegue se lembrar a idade que tinha quando aconteceu pela primeira vez. No começo, homens que moravam na mesma cidade ofereciam doces para que pudessem passar as mãos em seu corpo. Logo depois, tudo passou a acontecer por meio do parceiro de sua mãe.

A mulher, agora com 38 anos, conta que a mãe vivia muito pelo mundo e que, por isso, ela tinha que ficar um pouco em cada lugar, até que a genitora se casou e Amélia quis morar com ela definitivamente. "Foi a pior coisa que eu fiz na minha vida", lamenta a vítima.

Com o passar do tempo, o padrasto de Amélia começou a levá-la para trabalhar em um local distante da casa em que moravam, e em uma escolinha desativada que existia ali, o homem acariciava a menor, chupava seus seios e ainda fazia ameaças.

"Ele falava que eu não podia falar para minha mãe, que se eu falasse, elealaria que era mentira, que ele me bateria. Eu apanhava muito desse homem. Eu apanhava de chicote de cavalo, de espada de São Jorge. Eu apanhava de tudo que você pode imaginar", conta Amélia.

Quando conseguiu se livrar do padrasto, a vítima se mudou para a casa da tia em São Paulo, onde foi novamente abusada, mas dessa vez pelo tio. Era apenas uma jovem de 15 anos quando descobriu que estava grávida do agressor e, aos cinco meses de gestação, perdeu o bebê. Depois disso, fugiu de casa e passou a vender o próprio corpo para se sustentar.

Foi na prostituição que Amélia se viu liberta da vida que vivia, por mais que tenha sido uma fase difícil. Nesse momento, a mulher pôde fazer suas próprias escolhas. "Ninguém mais me pegou à força. Ninguém tocou mais em mim sem eu querer."

Foi na prostituição que Amélia se viu liberta da vida que vivia, por mais que tenha sido uma fase difícil. Nesse momento, a mulher pôde fazer suas próprias escolhas. "Ninguém mais me pegou à força. Ninguém tocou mais em mim sem eu querer. Estavam pagando para isso? Estavam! Só que era porque eu estava querendo, eu queria estar ali, assim, entre aspas né?!", relata.

Na vida adulta, a vítima ainda passou por situações complicadas com a dependência química e a prisão. Entretanto, há dez anos, quando teve sua liberdade, seu atual marido a esperava no portão da penitenciária. Hoje ela é casada com alguém que respeita seus limites e traumas, que tem paciência e que ainda a incentiva a procurar ajuda profissional.

» LUZIA

Há um ano, a filha de Luzia contou para a mãe que o próprio pai havia abusado sexualmente dela. As violações aconteceram dos seis aos nove anos, em momentos que a mãe não estava em casa. A coragem para fazer a revelação veio quando a garota viu, na televisão, o caso de grande repercussão nacional da menina de 10 anos que havia engravidado do próprio tio.

Mesmo anos depois, as falas do pai durante os abusos não foram esquecidas e ela ainda lida com os reflexos físicos e psicológicos deixados pela violência. A irritabilidade, a falta de cuidado com o corpo e até mesmo uma tentativa de tirar a própria vida fazem parte da história da garota de apenas 14 anos. Hoje, dia a dia, mãe e filha procuram enfrentar o trauma juntas

Atenção! O vídeo a seguir pode apresentar conteúdo sensível.



Atenção! O vídeo a seguir pode apresentar conteúdo sensível.



» THAÍS

Thaís não se lembra quando foi que sofreu o primeiro abuso, mas sabe que tinha entre quatro e cinco anos. Ela só se

VIOLÊNCIA SEXUAL | PRESIDENTE PRUDENTE | SINAIS | DENÚNCIA | ASSISTÊNCIA | HISTÓRIAS

» THAIS

Thais não se lembra quando foi que sofreu o primeiro abuso, mas sabe que tinha entre quatro e cinco anos. Ela só se recorda da idade, pois tem fotos, com datas, de quando usava os vestidinhos, estes que vestia nos momentos em era violentada. Outros detalhes que Thais se recorda são do cheiro do lugar isolado da casa onde aconteciam os abusos e do toque de seu agressor.

Na época, a jovem não suspeitava que o que acontecia era errado, já que o abusador sempre dizia que era uma coisa boa. Um carinho que eles trocavam. Algo privado deles e, por isso, ela não deveria contar a ninguém.

Em certa situação, a jovem, hoje com 24 anos, chegou a contar para uma amiguinha. A criança contou para pessoas próximas do agressor, mas foi ignorada e a história foi deixada de lado. Thais passou toda a infância sem recordações da violência, só foi se lembrar das situações por volta dos 11 anos, quando começou a ver coisas relacionadas à violência sexual na televisão. Aos poucos, as memórias foram retornando.

Os abusos voltavam à cabeça da menina também nas primeiras experiências sexuais e afetivas, enquanto ela se descobria. Vinha à mente o pensamento de que a primeira vez que alguém tinha tocado nela de uma forma sexualizada tinha sido no momento da violência.

O menino que praticava os abusos na época tinha 15 anos, e o contato dos dois só parou de acontecer quando ele foi ficando mais velho e parou de frequentar a casa de Thais com os pais. Eles ainda moram na mesma cidade e por algumas vezes se encontraram na rua.

Hoje, a menina acredita que algo em sua vida teria sido diferente se não tivesse passado pela traumática experiência, principalmente na relação com seus pais, que nunca perceberam os sinais. Além disso, de acordo com a jovem, o que também poderia ser diferente é a forma dela se relacionar com as outras pessoas, de receber carinho e afeto.

VIOLÊNCIA SEXUAL | PRESIDENTE PRUDENTE | SINAIS | DENÚNCIA | ASSISTÊNCIA | HISTÓRIAS

Hoje, a menina acredita que algo em sua vida teria sido diferente se não tivesse passado pela traumática experiência, principalmente na relação com seus pais, que nunca perceberam os sinais. Além disso, de acordo com a jovem, o que também poderia ser diferente é a forma dela se relacionar com as outras pessoas, de receber carinho e afeto.

Thais conta que procura não se ver como vítima, mas pensa na situação como uma coisa ruim que aconteceu e já passou. Ela se considera uma adulta saudável, que consegue se relacionar sexualmente e afetivamente. A única questão que paira em seus pensamentos é a falta de atenção dos pais naquele momento. Para as pessoas que também passaram por esse tipo de violência, ela deseja que consigam reconstruir suas vidas.

Atenção! O áudio a seguir pode apresentar conteúdo sensível.



VIOLÊNCIA SEXUAL | PRESIDENTE PRUDENTE | SINAIS | DENÚNCIA | ASSISTÊNCIA | HISTÓRIAS

FICHA TÉCNICA

ORIENTAÇÃO

MARIA LUISA HOFFMANN

PRODUÇÃO/ REPORTAGEM

BRUNA EVELYN

EDIÇÃO DE VÍDEO/ ÁUDIO

AILIME HAIDAMUS

PRODUÇÃO/ EDIÇÃO DE ARTE/ REPORTAGEM

MAYSON MARTINS

PRODUÇÃO/ EDIÇÃO DE IMAGENS E ÁUDIO/ REPORTAGEM

MILENE GIMENEZ

PROGRAMAÇÃO/ DESIGN

ENAIDE CARVALHO

PRODUÇÃO/ EDIÇÃO DE TEXTO/ CINEGRAFIA/ REPORTAGEM

JADY ALVES

PRODUÇÃO/ EDIÇÃO DE TEXTO, ÁUDIO E IMAGENS/ CINEGRAFIA/ REPORTAGEM

HELOÍSA LUPATINI

VIDEGRAFISMO/ ILUSTRAÇÃO

GREYSSON SUZUKI



Curtiu? Compartilhe!



COMUNICAR ERRO

SIGA-NOS



7 RECURSOS TÉCNICOS

Durante a produção da reportagem multimídia serão utilizados celulares, programas para gravar entrevistas, blocos de papel e canetas. Os deslocamentos necessários foi de responsabilidade de cada um dos integrantes do grupo.

Equipamentos como filmadoras Sony HXR-MC2500, câmeras fotográficas Canon 60D, objetivas 18-135mm e 50mm, microfones de lapela, tocha de luz contínua, gravadores de áudio, tripés Manfrotto serão utilizados, e estão disponíveis nos laboratórios da Escola de Comunicação de Estratégias Digitais. Serão utilizadas também as estruturas de estúdio, sujeitos à avaliação do momento pandêmico e normas decretadas pela Unoeste. É importante ressaltar que a retirada e devolução dos materiais é de responsabilidade dos alunos que forem realizar as entrevistas. Os computadores usados para desenvolvimento do trabalho são os de propriedade dos integrantes do grupo.

Além dos equipamentos, o trabalho utiliza *softwares* como o *Adobe Premiere*, *Google Meet*, *Skype* e as plataforma *WordPress* e *Elementor*.

8 RECURSOS FINANCEIROS

As adaptações realizadas no site da Prisma, compras de extensões, diagramação e o suporte que a programadora Enaide Carvalho irá fornecer custaram ao grupo o valor de R\$200,00. Já a identidade visual produzida pelo publicitário Greysson Suzuki, custou R\$150,00.

Custos com deslocamento para realização das entrevistas e materiais envolvidos na produção da reportagem, como a compra de pilhas e eventuais materiais gráficos, serão igualmente divididos pelos integrantes. Pagamentos de eventuais danos aos equipamentos fornecidos pela universidade também serão divididos por todo o grupo.

9 RECURSOS HUMANOS

Os alunos Bruna Evelyn Pereira, Heloísa Schirmer Lupatini, Jady Eduarda Alves, Mayson Martins Ribeiro e Milene Gimenez dos Anjos revezaram as funções determinadas para que, dessa forma, todos pudessem colocar em prática os diversos conhecimentos adquiridos ao longo da graduação. As funções executadas foram de: repórter, produtor, cinegrafista, editor de texto, editor de imagem e editor de áudio.

O trabalho conta ainda com a participação da programadora Enaide Carvalho, pois para que o grupo consiga desenvolver o trabalho serão necessárias algumas adaptações ao site da Prisma, para que os alunos tenham mais possibilidades de design. A reportagem também terá a participação do publicitário Greysson Suzuki, responsável pela elaboração da identidade visual, animações, bases infográficas, tarjas de GC e ilustrações.

Além dos integrantes do grupo, participará a professora Doutora Maria Luisa Hoffmann, que além de ser orientadora e supervisora, desempenhará a função de Diretora de Reportagem. Os alunos também receberão suporte dos funcionários da Escola de Comunicação e Estratégias Digitais, com relação ao uso de equipamentos e espaços dos laboratórios.